

QUESTÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO DA PROVA OBJETIVA DA OAB/RJ

ORGANIZADO
POR
LEONARDO RIBEIRO PESSOA¹

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 08.02.2012

¹Leonardo Ribeiro Pessoa – Advogado e Professor de Direito Empresarial e Tributário da FGV-RJ e IBMEC-RJ

QUESTÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO – OAB/RJ (PROVA OBJETIVA)

ASSINALE A ÚNICA RESPOSTA CORRETA E INDIQUE OS DISPOSITIVOS LEGAIS:

1) Empréstimo compulsório pode ser instituído: (Agosto/97)

- A – Pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- B – Pela União Federal;
- C – Pelos Estados e pelo Distrito Federal;
- D – Pelos Municípios.

2) O sócio-gerente de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, responde pessoalmente por dívida tributária da sociedade, em caso de: (Agosto/97)

- A – Falta de recolhimento, por qualquer motivo, de imposto incidente sobre a atividade que constitui o objeto social;
- B – Créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis;
- C – Crédito correspondente à obrigação tributária resultante de ato praticado com violação da lei;
- D – Nenhuma das alternativas anteriores.

3) O crédito tributário prefere a qualquer outro, salvo: (Agosto/97)

- A – O crédito trabalhista;
- B – O crédito com garantia real;
- C – O crédito correspondente a honorários advocatícios;
- D – O crédito quirografário.

4) Assinale a resposta correta. A União, os Estados e os Municípios podem: (Agosto/97)

- A – Exigir ou aumentar tributos através de decretos;
- B – Utilizar tributos com efeitos de confisco;
- C – Instituir tributos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;
- D – Instituir impostos, taxas e contribuições de melhoria.

5) Assinale a alternativa correta: (Dezembro/97)

- A – A União, por lei complementar, atendendo a razões de relevante interesse nacional ou regional, pode conceder isenções de tributos Estaduais e Municipais;
- B – A extinção de crédito tributário, por compensação, só é possível se houver lei específica que a autorize;
- C – O pagamento indevido de tributo apurado e recolhido pelo próprio contribuinte, sem qualquer participação da autoridade fiscal, não gera direito à restituição;
- D – O crédito tributário extingue-se pela prescrição, no prazo de 5 (cinco) anos contado da ocorrência do fato gerador.

6) Incidem sobre a produção e a circulação de bens e serviços: (Dezembro/97)

A – O imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, o imposto sobre importação de produtos estrangeiros e o imposto sobre exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;

B – O imposto sobre produtos industrializados, o imposto sobre serviços de qualquer natureza e o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações;

C – O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, o imposto sobre a propriedade territorial rural e o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações;

D – O imposto sobre a propriedade territorial rural, o imposto sobre a transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos e o imposto sobre transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis.

7) Considerando a imunidade recíproca prevista na Constituição Federal, é correto afirmar que: (Dezembro/97)

A – É vedado aos Municípios a instituição de Taxa de Iluminação Pública e Taxa de Limpeza urbana sobre imóveis de propriedade da União, dos Estados, Distrito Federal e respectivas autarquias;

B – É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, instituir tributos sobre o patrimônio e a renda de empresas públicas e sociedades de economia mista;

C – É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a instituição de contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas que beneficiem bens imóveis uns dos outros;

D – É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, instituir impostos sobre o patrimônio, a renda ou serviços, uns dos outros.

8) Assinale a alternativa errada: Suspendem a exigibilidade do crédito tributário: (Dezembro/97)

A – A moratória;

B – O depósito do seu valor integral;

C – As reclamações e os recursos, nos termos das leis regulamentadoras do processo tributário administrativo;

D – A impetração de mandado de segurança.

9) São modalidades de lançamento do crédito tributário: (Março/99)

A – Direto ou de ofício, por arbitramento e por presunção;

B – Por arbitramento, por presunção e por estimativas;

C – Direto ou de ofício, por declaração e por homologação;

D – Por arbitramento, por estimativa e por presunção.

10) Não depende de lei: (Março/98)

A – A extinção de tributos;

B – A concessão de isenção, anistia ou remissão;

C – A comunicação de penalidade pecuniária para infrações à legislação tributária;

D – A atualização do valor monetário da base de cálculo.

11) A ação para cobrança do crédito tributário está sujeita a prazo: (Março/98)

- A – Decadencial de 5 (cinco) anos, contados do primeiro dia do exercício civil seguinte àquele em que o lançamento poderia ser efetuado;
- B – Prescricional de 180 (cento e oitenta) dias, contados da inscrição do crédito tributário na dívida ativa;
- C – Prescricional de 20 (vinte) anos, contados do vencimento do prazo para pagamento;
- D – Prescricional de 5 (cinco) anos, contados da data da sua constituição definitiva.

12) A prestação de serviços de transporte intermunicipal e interestadual é fato gerador de imposto de competência: (Março/98)

- A – Dos Municípios;
- B – Dos Estados e do Distrito Federal;
- C – Da União;
- D – Concorrente.

13) É vedado à União: (Agosto/98)

- A – Instituir empréstimo compulsório;
- B – Cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído;
- C – Cobrar taxas em razão do poder de polícia;
- D – Instituir impostos sobre exportação de produtos nacionais.

14) Compete aos municípios instituir impostos sobre: (Agosto/98)

- A – Propriedade de veículos automotores;
- B – Doação;
- C – Produtos industrializados;
- D – Serviços de qualquer natureza.

15) Não extingue o crédito tributário: (Agosto/98)

- A – A transação;
- B – A prescrição e a decadência;
- C – A decisão judicial ainda que não passada em julgado;
- D – A compensação.

16) É correto afirmar que: (Agosto/98)

- A – O crédito tributário não se sujeita ao processo de concordada preventiva;
- B – A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 10 anos contados da data da sua constituição definitiva;
- C – O ajuizamento de ação declaratória suspende a exigibilidade do crédito tributário;
- D – Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei ou decreto como necessária e suficiente à sua ocorrência.

17) As taxas serão instituídas em razão de: (Dezembro/98)

- A – Obras;
- B – Serviços;
- C – Compras;
- D – Alienações.

18) Conforme a Constituição da República Federativa do Brasil, poderá ser progressivo o seguinte tributo municipal: (Dezembro/98)

- A – O IPTU (imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana);
- B – O IPVA (imposto sobre a propriedade de veículo automotores);
- C – O IR (imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza);
- D – O ISS (imposto sobre serviços de qualquer natureza).

19) A natureza jurídica específica do tributo é determinada pela(o): (Dezembro/98)

- A – Lei;
- B – Base de cálculo;
- C – Fato gerador;
- D – Decreto.

20) Em quantos anos prescreve o direito de cobrar o crédito tributário: (Dezembro/98)

- A – 30;
- B – 20;
- C – 10;
- D – 5.

21) Está sujeito ao princípio da reserva de lei complementar, exceto: (Março/99)

- A – Dispor sobre conflitos de competência;
- B – Regular as limitações constitucionais ao poder de tributar;
- C – Estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária;
- D – Instituir taxas.

22) O CTN (Código Tributário Nacional) foi recepcionado pela CRFB/88 (Constituição da República Federativa do Brasil) com natureza de: (Março/99)

- A – Emenda Constitucional;
- B – Lei complementar;
- C – Lei ordinária;
- D – Norma complementar.

23) As taxas não poderão ter base de cálculo própria dos (as): (Março/99)

- A – Impostos;
- B – Empréstimos compulsórios;
- C – Contribuições de melhoria;
- D – Contribuições parafiscais.

24) Para a concessão de isenção é imprescindível: (Março/99)

- A – Emenda constitucional;
- B – Medida provisória;
- C – Decreto
- D – Lei específica.

25) Compete aos municípios instituir impostos sobre: (Agosto/99)

- A – Produtos industrializados;
- B – Propriedade de veículos automotores;
- C – Propriedade predial e territorial urbana;
- D – Propriedade territorial rural.

26) Suspende a exigibilidade do crédito tributário: (Agosto/99)

- A – Isenção;
- B – Moratória;
- C – Anistia;
- D – Remissão.

27) O fato gerador da obrigação principal é a situação definida na (o): (Agosto/99)

- A – Constituição Federal;
- B – Lei;
- C – Código Tributário Nacional;
- D – Decreto.

28) O lançamento compete: (Agosto/99)

- A – A autoridade administrativa;
- B – Ao defensor público;
- C – Ao promotor de justiça;
- D – A autoridade judiciária.

29) Regular as limitações constitucionais ao poder de tributar é tema reservado: (Dezembro/99)

- A – A Constituição Federal;
- B – A Lei complementar;
- C – A Constituição Estadual;
- D – Ao Código de Defesa dos Contribuintes.

30) São garantias constitucionais asseguradas aos contribuintes: (Dezembro/99)

- A – As competências federal e estadual;
- B – Os impostos reservados aos municípios;
- C – As limitações do poder de tributar;
- D – Os tributos estaduais.

31) É tributo cujo fato gerador é serviço público o (a): (Dezembro/99)

- A – Imposto;
- B – Taxa;
- C – Contribuição de melhoria;
- D – Empréstimo compulsório.

32) Conforme a Constituição Federal a isenção está sujeita ao princípio da: (Dezembro/99)

- A – Capacidade econômica;
- B – Pessoalidade;
- C – Legalidade;
- D – Cumulatividade.

33) O imposto sobre serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação compete: (Março/00)

- A – À União;
- B – Ao Estado;
- C – Ao Município;
- D – Ao Território.

34) Prescrição é tema reservado à: (Março/00)

- A – Constituição;
- B – Lei complementar;
- C – Lei ordinária;
- D – Medida provisória.

35) O Crédito Tributário prefere a qualquer outro, exceto o: (Março/00)

- A – Penal;
- B – Trabalhista;
- C – Comercial;
- D – Previdenciário.

36) Os impostos diferem das taxas porque eles: (Março/00)

- A – São de competência comum;
- B – São tributos vinculados;
- C – Têm como fatos geradores prestações de serviços públicos;
- D – São tributos de competência privativa.

37) As características de “efetividade ou potencialidade” do serviço público, ensejam a criação e cobrança do seguinte tributo: (Agosto/00)

- A – Imposto;
- B – Taxa;
- C – Tarifa;
- D – Contribuição.

38) A competência para instituir contribuições especiais de intervenção no domínio econômico, cabe: (Agosto/00)

- A – A União;
- B – Aos Estados;
- C – Ao Distrito Federal;
- D – Aos Municípios.

39) As isenções, anistias ou remissões, relativas a impostos, taxas ou contribuições, somente poderão ser concedidas por: (Agosto/00)

- A – Lei;
- B – Portaria;
- C – Decreto;
- D – Resolução.

40) Considerando que é freqüente, na “virada” do ano, a Administração Pública inovar a ordem jurídica aumentando ou criando tributos. Indaga-se a Lei n.º 3.515, de 21/12/2000, do Estado do Rio de Janeiro, que criou um novo fato gerador do Imposto de Transmissão Causa Mortis, deverá obedecer aos princípios constitucionais da: (Agosto/00)

- A – Legalidade e anterioridade;
- B – Legalidade e simetria;
- C – Simetria e capacidade contributiva;
- D – Capacidade econômica e bitributação.

41) Os arts. 5º, incisos X, XI e XII e 145 da CF fundamentam a validade da Lei 4.595/64, que por sua vez dispõe sobre o sigilo bancário. Até o final do ano de 2000 a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem decidido que a “quebra” do sigilo somente se dará em virtude de ordem: (Dezembro/00)

- A – Da Receita Federal;
- B – Do Delegado de Polícia Federal;
- C – Do Ministério Público;
- D – Do Poder Judiciário.

42) Da Remissão. Em que consiste? Qual a norma que pode conceder? (Dezembro/00)

- A – No pagamento do crédito. Concedida por lei;
- B – No perdão do crédito. Concedida por lei;
- C – No pagamento do crédito. Concedida por decreto;
- D – No perdão do crédito. Concedido por decreto.

43) De acordo com o Código, que dispõe sobre normas gerais em matéria tributária, a modificação introduzida nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido: (Dezembro/00)

- A – Posteriormente à sua introdução;
- B – Anteriormente;
- C – Durante;
- D – No exercício financeiro seguinte.

44) A tempestiva declaração do imposto de renda entregue até abril de 2001, deve referir-se ao exercício financeiro de: (Março/01)

- A – 1999;
- B - 2000;
- C – 2001;
- D – 2002.

45) A “Taxa de Incêndio” cobrada nos Municípios do Estado do Rio de Janeiro é instituída e cobrada por qual ente: (Março/01)

- A – União;
- B – Estado;
- C – Município;
- D – Distrito Federal.

46) A coisa julgada, com relação ao crédito tributário, é causa de: (Março/01)

- A – Suspensão;
- B – Interrupção;
- C – Extinção;
- D – Exclusão.

47) Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito tributário ocorrerá quantos dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento? (Março/01)

- A – 5;
- B – 10;
- C – 20;
- D – 30.

48) Recentemente os Jornais noticiaram que a Delegacia do Meio Ambiente da Polícia Civil, assim como a Polícia Federal e IBAMA, interditaram o Bwana Park, em Guaratiba, RJ. No referido local foram encontrados diversos cadáveres dos seguintes animais: jabutis, emas, chipanzés, araras, tigres, onças, lontras, cisnes, papagaios, entre outros. Pelo cenário encontrado, criou-se a suspeita de que os animais seriam empalhados, sendo posteriormente vendidos no mercado paralelo. A atividade de empalhamento está sujeita a seguinte tributação: (Agosto/01)

- A – Imposto sobre Serviços – ISS;
- B – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS;
- C – Imposto de Transmissão Causa Mortis – ITCM;
- D – Imposto sobre a Renda – IR.

49) A isenção do ICMS somente poderá ser concedida em virtude de (a): (Agosto/01)

- A – Constituição;
- B – Lei;
- C – Convênio;
- D – Decreto.

50) O Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de 10 de junho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal) é uma norma que disciplina o (a): (Agosto/01)

- A – IPTU Progressivo;
- B – Sobretaxa;
- C – Empréstimo Compulsório;
- D – IPVA.

51) As últimas alterações do Código Tributário Nacional – CTN (Lei 5.172/66), surgiram pela: (Agosto/01)

- A – Constituição Federal;
- B – Lei Complementar;
- C – Emenda Constitucional;
- D – Medida Provisória.

52) O tributo que tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse do bem imóvel, por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município, é o: (Dezembro/01)

- A – Imposto sobre Serviços – ISS;
- B – Taxa de Iluminação Pública dos Imóveis – TIPI;
- C – Contribuição de Melhoria decorrente de obras nos Imóveis – CM;
- D – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.

53) O Imposto de Renda, consoante determina a Constituição da República Federativa do Brasil, só poderá ser majorado por: (Dezembro/01)

- A – Emenda Constitucional;
- B – Lei;
- C – Convênio;
- D – Decreto Legislativo.

54) A Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE, foi recentemente alterada pela Emenda Constitucional n.º 33, de 11 de dezembro de 2001, é tributo de competência privativa da (o, os): (Dezembro/01)

- A – União;
- B – Estados;
- C – Distrito Federal;
- D – Municípios.

55) O IPVA consiste num tributo que, conforme o art. 155 da CF, compete a (o, os): (Dezembro/01)

- A – União;
- B – Estados;
- C – INSS;
- D – Municípios.

56) A CPMF é um (a): (Março/02)

- A – Taxa;
- B – Contribuição;
- C – Empréstimo;
- D – Imposto.

57) Toda vez que a Constituição Federal estabelece que determinado imposto “não incide” é correto afirmar que estamos diante de um caso de: (Março/02)

- A – Imunidade;
- B – Isenção;
- C – Remição;
- D – Remissão.

58) O princípio da seletividade se aplica: (Março/02)

- A – Ao ICMS;
- B – As taxas;
- C – As contribuições;
- D – Aos tributos.

59) O artigo 155, § 2º, XII, da Constituição Federal estabelece: (Março/02)

“Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituírem impostos sobre:

II – Operações sobre circulação de mercadoria e sobre prestação de serviços de transporte e comunicação...;

§ 2º - O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

XII – Cabe a lei complementar:...”. A referida lei complementar é de competência da (o, os):

- A – Estados;
- B – Territórios;
- C – Municípios;
- D – União

60) Assinale a alternativa INVERÍDICA: (Agosto/02)

- A – O conceito de “poder de polícia” encontra-se no CTN;
- B – Na iminência ou no caso de guerra externa, a União pode instituir, temporariamente, impostos extraordinários;
- C – Não constitui majoração de tributo a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo;
- D – Existe método próprio para a interpretação das normas tributárias.

61) Em relação à ação anulatória de dívida fiscal inscrita, pode-se afirmar que: (Agosto/02)

- A – Para a sua propositura, é indispensável o depósito do valor integral da dívida;
- B – Poderá ser proposta com o depósito do valor integral da dívida, hipótese em que suspenderá a exigibilidade do débito;
- C – Não poderá ser proposta após ajuizamento da execução fiscal;
- D – Tem âmbito restrito à discussão sobre a validade formal do ato de inscrição da dívida.

62) Entidade beneficente de assistência social, sem fins lucrativos e que preencha os requisitos para fruição de imunidade tributária, está sujeita, em princípio: (Agosto/02)

- A – Às taxas, à contribuição de melhoria e à contribuição de seguridade social;
- B – Aos impostos sobre o patrimônio, às taxas e à contribuição de seguridade social;
- C – Às taxas e à contribuição de melhoria;
- D – Às taxas e à contribuição de seguridade social.

63) Com relação aos impostos discriminados na Constituição Federal, precisam ser necessariamente disciplinados por lei complementar: (Agosto/02)

- A – O fato gerador, a base de cálculo e o prazo de recolhimento do tributo;
- B – O fato gerador, a definição de contribuinte e o prazo de recolhimento do tributo;
- C – A definição de contribuinte, o fato gerador e a base de cálculo do tributo;
- D – O aumento de alíquota, o prazo de recolhimento e a base de cálculo do tributo.

64) É CORRETO afirmar que compete aos Estados instituírem impostos sobre: (Dezembro/02)

- A – A propriedade predial e territorial urbana;
- B – Transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis;
- C – Serviços de qualquer natureza, salvo sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação;
- D – Transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.

65) É INCORRETO afirmar que compete à União instituir impostos sobre: (Dezembro/02)

- A – Importação de produtos estrangeiros;
- B – Propriedade de veículos automotores;
- C – Renda e proventos de qualquer natureza;
- D – Produto industrializados.

66) O Código Tributário Nacional: (Dezembro/02)

- A – Não tem natureza de lei complementar, podendo ser alterado por lei ordinária federal;
- B – Proíbe a concessão de isenção condicionada;
- C – Considera irrelevante o fato gerador para determinação da natureza jurídica do tributo;
- D – Não permite que a lei tributária altere a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, para definir ou limitar competências tributárias.

67) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão: (Dezembro/02)

- A – Instituir impostos sobre serviços uns dos outros;
- B – Cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os institui ou aumentou;
- C – Instituir taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;
- D – Instituir contribuições de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.

68) São não-cumulativos: (Março/03)

- A – O imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e o imposto sobre grandes fortunas;
- B – O imposto sobre a propriedade territorial rural e o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana;
- C – O imposto sobre produtos industrializados e o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação;
- D – O imposto sobre transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos e o imposto sobre a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direito a sua aquisição.

69) São modalidades de extinção do crédito tributário: (Março/03)

- A – A remissão e a conversão do depósito em renda;
- B – A anistia e o pagamento;
- C – A imunidade e a não-incidência;
- D – A isenção e a moratória.

70) O título executivo para cobrança da dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e respectivas Autarquias é: (Março/03)

- A – A Nota de Lançamento de Crédito Tributário;
- B – A Nota de Débito;
- C – O Auto de Infração;
- D – A Certidão de Dívida Ativa.

71) O Imposto Predial e sobre a Propriedade Territorial Urbana está sujeito a lançamento: (Março/03)

- A – Por homologação;
- B – Por declaração;
- C – Direto;
- D – Não está sujeito a lançamento.

72) A obrigação tributária principal nasce: (Agosto/03)

- A – Com a lavratura do Auto de Infração;
- B – Com a ocorrência do fato gerador;
- C – Com a constituição definitiva do crédito tributário;
- D – Com a inscrição do crédito tributário na dívida ativa.

73) Os embargos à execução fiscal dever ser oferecidos no prazo de: (Agosto/03)

- A – 10 (dez) dias contados da juntada aos autos do mandado de intimação da penhora;
- B – 10 (dez) dias contados da intimação da penhora;
- C – 30 (trinta) dias contados da juntada aos autos do mandado de intimação da penhora;
- D – 30 (trinta) dias contados da intimação da penhora.

74) Tem efeito retroativo, aplicando-se a ato ou fato pretérito, a lei tributária que: (Agosto/03)

- A – Comine penalidade menos severa do que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática;
- B – Disponha sobre suspensão ou exclusão do crédito tributário;
- C – Estabeleça hipóteses de redução de alíquota ou de base de cálculo;
- D – Defina o fato gerador da obrigação tributária principal.

75) Pode ser progressivo o imposto sobre: (Agosto/03)

- A – Serviços de qualquer natureza;
- B – A propriedade predial e territorial urbana;
- C – Produtos industrializados;
- D – Transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos.

76) Estão sujeitos ao princípio da não-cumulatividade: (Fevereiro/04)

- A – o imposto sobre serviços de qualquer natureza e o imposto de renda;
- B – o imposto sobre produtos industrializados e o imposto relativo a operações de circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação;
- C – o imposto sobre transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos e o imposto sobre transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física;
- D – o imposto sobre propriedade predial e territorial urbana e o imposto sobre propriedade territorial rural.

77) Não estão abrangidos pela imunidade recíproca: (Fevereiro/04)

- A – o patrimônio, a renda e os serviços das empresas públicas;
- B – o patrimônio e a renda das fundações instituídas e mantidas pelo poder público, vinculadas às suas atividades essenciais;
- C – os templos de qualquer culto;
- D – os livros, jornais e periódicos.

78) A natureza jurídica específica do tributo é determinada: (Fevereiro/04)

- A – pela sua denominação;
- B – em razão da destinação legal do produto da arrecadação;
- C – pelo fato gerador da respectiva obrigação;
- D – pela lei ordinária que instituir o tributo.

79) É correto afirmar que o crédito tributário não tem preferência em relação aos créditos:

- A – com garantia real;
- B – quirografários;
- C – trabalhistas;
- D – com garantia fidejussória.

80) O princípio da capacidade contributiva significa que: (Março/04)

- A - nenhum tributo pode ser exigido ou aumentado sem lei anterior que o estabeleça;
- B - é vedado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;
- C - qualquer subsídio ou isenção, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só pode ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição;
- D - sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte;

81) Enquadra-se na definição de lançamento direto, o lançamento efetuado: (Março/04)

A - com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato indispensáveis à sua efetivação;

B - de ofício pela autoridade administrativa, quando a lei assim o determine;

C - quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa;

D - em revisão do lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo, em virtude de impugnação do sujeito passivo ou de recurso de ofício;

82) Assinale a alternativa correta: (Março/04)

A - Imposto é um tributo vinculado a uma contraprestação do estado ao contribuinte;

B - Os impostos resultantes de incidência sobre circulação de bens e serviços têm destinação orçamentária e específica;

C - Fato imponible e fato gerador tributários possuem a mesma significação no tratamento Tributário;

D - Os impostos têm por finalidade a limitação de poderes;

83) Assinale a alternativa correta: (Março/04)

A - A compensação tributária é uma das formas de extinção do crédito tributário;

B - Todos os impostos podem ser majorados através de decretos;

C - O lançamento tributário é ato privativo do contribuinte de direito;

D - Somente com o pagamento, o crédito tributário é extinto;

84) Não depende de lei: (Agosto/04)

A – A cominação de penalidade para infrações da legislação tributária;

B – A definição do fato gerador da obrigação tributária principal;

C – A atualização monetária da base de cálculo;

D – A redução de tributos;

85) É fato gerador do imposto sobre a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física, exceto os de garantia: (Agosto/04)

A – A arrematação de imóvel em hasta pública;

B – A doação de imóvel com reserva de usufruto;

C – A incorporação de imóvel ao patrimônio de pessoa jurídica em realização do seu capital;

D – A cessão de quotas do capital de sociedade cuja atividade preponderante é a compra e venda de imóveis;

86) Compete à União Federal, através de lei complementar: (ANULADA) (agosto/04)

A – Determinar os casos em que o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação incidirá sobre as saídas de livros e periódicos;

B – Instituir o imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;

C – Determinar as hipóteses de isenção do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, levando em consideração a função social da propriedade;

D – Instituir, na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária;

87) Em execução fiscal por tributo não pago, ajuizada contra sociedade por cota de responsabilidade limitada dissolvida irregularmente, é promovida a citação dos sócios, como responsáveis tributários, sendo que apenas um deles exerceu a gerência da sociedade. Qual das respostas abaixo está correta: (Agosto/04)

- A – A responsabilidade pelo tributo não pago é de todos os sócios, pela totalidade da dívida;
- B – Nenhum dos sócios é responsável em face da dissolução da sociedade;
- C – Somente o sócio gerente é responsável, mas pelo valor da sua participação no capital social;
- D – Somente o sócio gerente é pessoal e integralmente responsável pelo débito;

88) As alternativas abaixo apresentam causas de extinção do crédito tributário, EXCETO: (janeiro/05)

- A – Transação;
- B – Prescrição e decadência;
- C – Decisão judicial ainda que não transitada em julgado;
- D – Compensação;

89) São limitações ao poder de tributar, estabelecidas pelo legislador constituinte, EXCETO: (janeiro/05)

- A – Utilizar tributo com efeito de confisco;
- B – Instituir imposto sobre grandes fortunas por lei complementar;
- C – Cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência de lei que os houver instituído ou aumentado;
- D – Instituir impostos sobre jornais;

90) Relativamente à contribuição devida ao CREA pelos profissionais inscritos em seus quadros, assinale a alternativa CORRETA: (janeiro/05)

- A – Contribuição de interesse das categorias profissionais ou econômicas;
- B – Taxa;
- C – Imposto Sindical;
- D – Empréstimo Compulsório;

91) São tributos com lançamento por homologação, EXCETO: (janeiro/05)

- A – Imposto sobre produtos industrializados;
- B – Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza;
- C – Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços;
- D – Imposto sobre a propriedade de veículos automotores;

92) Relativamente à competência tributária, assinale a alternativa INCORRETA: (março/05)

- A – A União Federal tem competência para instituir impostos extraordinários em caso de guerra.
- B – Os Municípios têm competência para instituir impostos sobre propriedade predial e territorial urbana.
- C – Os Municípios não têm competência para instituir contribuições previdenciárias, pois esta competência é exclusiva da União Federal.
- D – As taxas e as contribuições de melhoria são consideradas, pela doutrina, tributos de competência comum.

93) “Do princípio da legalidade” tributária decorre a inconstitucionalidade: (março/05)

- A – Da lei que confere tratamento diferenciado a contribuintes que se encontrem em situações equivalentes.
- B – Do decreto que determina majoração do imposto.
- C – Da lei que institui imposto sobre templos de qualquer culto.
- D – Da lei que institui imposto com efeito de confisco.

94) A retroatividade da lei, no Direito Tributário: (março/05)

- A – É impossível.
- B – É admitida somente quanto a leis meramente interpretativas.
- C – É admitida quanto a leis meramente interpretativas e relativamente a leis que reduzam penalidades ou deixem de definir determinados atos como infração tributária.
- D – Nenhuma das alternativas acima.

95) Relativamente a empréstimos compulsórios, pode-se afirmar, exceto: (março/05)

- A – A competência para sua instituição é exclusiva da União Federal.
- B – Podem ser instituídos por Medida Provisória, desde que haja relevância e urgência.
- C – São restituíveis.
- D – O empréstimo compulsório de caráter emergencial pode ser instituído em caso de guerra externa, excepcionado o princípio da anterioridade.

96) Pessoa física, contribuinte do Imposto sobre a Renda, apresenta sua declaração anual de ajuste, entendendo fazer jus à restituição de R\$ 10.000,00. Processada a declaração pela Secretaria da Receita Federal durante quase três anos, é finalmente intimado o contribuinte, por via postal, de que suas deduções foram glosadas, ocasionando a expedição de notificação de lançamento do imposto pela autoridade administrativa, com penalidades e acréscimos legais, por entender o Fisco que as despesas eram indedutíveis, sendo, conseqüentemente, indeferida sua restituição. O contribuinte, dois dias depois de haver recebido a intimação pelo Correio, busca assistência profissional de um advogado. Indique a providência INCORRETA e que não seria tomada pelo advogado: (março/05)

A – Aguardar a inscrição do crédito tributário em dívida da União e o ajuizamento da execução para, garantido o Juízo, opor embargos de devedor.

B – Solicitar à autoridade administrativa que calcule o alegado débito do cliente. Em seqüência, propor ação anulatória do ato declarativo da dívida precedida do depósito do montante integral do alegado crédito da Fazenda Pública, com penalidades, acréscimos legais e demais encargos, tal como calculados pela autoridade administrativa, a fim de elidir sua inscrição em Dívida Ativa da União e o ajuizamento da execução fiscal, ficando a exigibilidade do crédito tributário suspensa pelo depósito.

C – Impugnar a exigência representada pela notificação de lançamento, 60 (sessenta) dias depois da data em que tiver sido feita a intimação da exigência ao cliente, isto é, da data de recebimento, pelo cliente, da intimação por via postal.

D – Depois de examinar os fatos e a legislação aplicável, dar parecer escrito ao cliente no sentido de que efetivamente não fazia jus à restituição que pleiteou, sendo, portanto, procedentes a glosa das despesas e o lançamento; informar ao cliente, ainda, que o seu débito poderá ser pago à vista, ou se parcelado, havendo nessas duas hipóteses possibilidade de redução da multa até o fim do prazo de impugnação.

97) É correto afirmar que o Código Tributário Nacional veda a exigência de tributo decorrente do emprego da analogia em função do que determina o princípio da:

A – Capacidade contributiva.

B – Anterioridade.

C – Legalidade.

D – Irretroatividade.

98) Empresa, por ter adquirido o estabelecimento comercial de outra empresa e no mesmo endereço continuado a praticar a mesma atividade desta última, que cessou suas atividades, foi autuada pelo Fisco Estadual para exigência de tributo, acrescido de penalidade, devido por operações ocorridas em período anterior à data da aquisição. Pergunta-se: qual das alternativas está CORRETA? (março/05)

A – O tributo e a penalidade são integralmente devidos pela empresa adquirente.

B – O tributo e a penalidade são integralmente devidos pela empresa alienante do estabelecimento comercial.

C – O tributo é integralmente devido pela empresa adquirente.

D – O tributo é integralmente devido pela empresa alienante do estabelecimento comercial.

99) Lei que determina redução da base de cálculo do Imposto de Renda entra em vigor: (agosto/2005)

- A - No primeiro dia do exercício civil seguinte ao da sua publicação.
- B - Noventa dias após a sua publicação.
- C - Na data da sua publicação.
- D - No primeiro dia do exercício civil seguinte e noventa dias após a sua publicação.

100) Segundo o texto constitucional, são princípios que devem ser observados pela lei que traz nova disciplina para o Imposto sobre os Produtos Industrializados: (setembro/2005)

- A - Seletividade, anterioridade e proporcionalidade.
- B - Seletividade, progressividade e generalidade.
- C - Não-cumulatividade, universalidade e noventena.
- D - Não-cumulatividade, seletividade e noventena.

101) A Construtora Três Amigos Ltda., após vencer licitação promovida pelo Governo Federal, realizou obras de contenção de encostas em áreas consideradas sob risco de desabamento. Não obstante, o Governo não liberou o pagamento, que monta em R\$ 900.000,00. Por outro lado, a Construtora é devedora da União, pelo Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, dívida já constituída e sob a qual não há dúvidas. Nesse caso, a contribuinte: (setembro/2005)

- A - Poderá pleitear a extinção do crédito tributário por transação porque há lei que autorize.
- B - Não poderá pleitear extinção do crédito tributário por compensação porque, para a hipótese, não há lei que autorize.
- C - Poderá pleitear a extinção do crédito tributário por anistia desde que haja lei que autorize.
- D - Não poderá pleitear a extinção do crédito por compensação, porque não há litígio quanto aos créditos envolvidos.

102) O princípio da anterioridade nonagesimal não se aplica: (setembro/2005)

- A - Ao IRPJ, ao IPTU, ao IPVA e ao ICMS.
- B - Ao Imposto de Importação, ao IRPJ, ao IPVA e ao ITR.
- C - Ao IPTU, ao imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doações, ao imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos e valores mobiliários.
- D - Aos empréstimos compulsórios para atender despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência, ao Imposto sobre Importação de Produtos Estrangeiros, ao Imposto sobre a Exportação, ao Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer natureza, ao imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos e valores mobiliários.

103) Assinale a alternativa que contém afirmação errônea: (setembro/2005)

A - o ICMS é um imposto que poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.

B - É facultado ao Senado Federal estabelecer alíquotas mínimas do ICMS nas operações internas, mediante iniciativa de um terço, aprovada pela maioria absoluta de seus membros.

C - Não incide o ICMS sobre importações promovidas por pessoas físicas não-contribuintes do imposto, seja qual for a finalidade da importação.

D - O ICMS não compreenderá em sua base de cálculo o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos.

104) Consoante com o Código Tributário Nacional, é CORRETO afirmar a respeito do parcelamento: (setembro/2005)

A - É modalidade de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

B - Quando a legislação tributária não dispuser a respeito, o parcelamento extingue o crédito tributário de forma fracionada e continuada.

C - O parcelamento afasta o cumprimento da obrigação acessória.

D - O crédito não integralmente pago no vencimento é sujeito ao parcelamento independentemente de lei específica.

105) Consoante com a Constituição Federal, caberá à Lei complementar disciplinar determinadas matérias, EXCETO: (setembro/2005)

A - Instituição de impostos pela União com base em sua competência residual.

B - Dispor sobre substituição tributária no ICMS.

C - Concessão de subsídios ou isenção, redução de base de cálculo de impostos, taxas e contribuições.

D - Regular limitações constitucionais ao poder de tributar.

106) A imunidade constitucional que veda a cobrança de impostos sobre o patrimônio, a renda e serviços dos partidos políticos subordina-se a requisitos. Assinale a resposta correta: (Fevereiro/2006)

A - Os partidos não distribuam qualquer parcela do seu patrimônio ou de suas rendas a qualquer título.

B - Apliquem integralmente no País os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais.

C - Mantenham escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

D - Todas as respostas acima estão corretas.

107) Solicitada à Administração tributária a restituição de imposto pago a maior dentro do prazo quinquenal assinado pelo artigo 168 do C.T.N., a decisão administrativa denegou a restituição. Qual o prazo de prescrição da ação anulatória da decisão administrativa que denega a restituição? (Fevereiro/2006)

- A - 05 (cinco) anos a contar da intimação do sujeito passivo.
- B - 10 (dez) anos a contar da intimação do sujeito passivo.
- C - 02 (dois) anos a contar da intimação do sujeito passivo.
- D - Ano e dia a contar da intimação do sujeito passivo.

108) Para cobrança de crédito não-tributário da Fazenda Pública, inscrito na dívida ativa, a ação cabível é: (Fevereiro/2006)

- A - A medida cautelar fiscal.
- B - A execução fiscal.
- C - A ação ordinária de cobrança.
- D - A ação sumaríssima.

109) Aplica-se a ato ou fato pretérito: (Fevereiro/2006)

- A - A lei que determinar aumento de imposto incidente sobre o patrimônio ou a renda para atender despesa não prevista na lei do orçamento.
- B - O Decreto Federal que eleva as alíquotas do Imposto de Importação de produtos estrangeiros.
- C - A lei que instituir contribuição social, de intervenção no domínio econômico ou de interesse de categorias profissionais ou econômicas.
- D - A lei que cominar ao ato não definitivamente julgado penalidade menos severa do que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.

110) Sabe-se que em função da Lei de Recuperação de Empresas (Lei nº 11.101/05), alguns dispositivos relativos à matéria tributária foram alterados. Dentre as alterações citadas podemos destacar os seguintes, exceto: (Fevereiro/2006)

- A - O Juiz determinará e comunicará por via eletrônica a indisponibilidade dos bens do devedor que, embora citado, não promova a quitação de seu débito nem apresente bens à penhora, quando não forem encontrados bens penhoráveis.
- B - Na falência o crédito tributário, que antes só era ultrapassado (na ordem de preferência) pelos créditos trabalhistas, agora também o será pelos créditos com garantia real.
- C - A presunção de fraude na alienação dos bens do sujeito passivo que antes dependia da citação do devedor, agora passa a operar quando do ajuizamento da Execução Fiscal.
- D - Na falência, os créditos trabalhistas, outrora preferíveis aos tributários sem qualquer limite, são agora passíveis de limites e condições fixadas em lei.

111) Considerando que a Lei X trazia hipótese de incidência (fato gerador) de constitucionalidade duvidosa, determinado contribuinte – cuja atividade envolve a prática daquele fato – ingressa em Juízo questionando-a. Antes mesmo da autoridade competente promover o devido lançamento embora já tivesse ocorrido o fato gerador, o contribuinte logra obter antecipação dos efeitos da tutela com o fito de suspender a exigibilidade do crédito. Diante da decisão suspensiva, analise as assertivas seguintes, apontando, após, a alternativa correta: (Fevereiro/2006)

I. A autoridade administrativa fica impedida de efetuar o lançamento, sob pena de estar violando, ao mesmo tempo, comando do Código Tributário Nacional e Ordem Judicial.

II. A autoridade administrativa deve efetuar o lançamento para evitar a ocorrência da decadência, que caso ocorra, extinguirá o crédito tributário.

III. A autoridade administrativa deve efetuar o lançamento para prevenir sua responsabilidade, uma vez que o Código Tributário Nacional afirma que a atividade administrativa do lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

A - Apenas a assertiva II está correta.

B - Apenas as assertivas I e II estão corretas.

C - Apenas as assertivas I e III estão corretas.

D - Apenas as assertivas II e III estão corretas.

112) A norma jurídica encarregada de dispor sobre conflitos de competência em matéria tributária entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios é: (Fevereiro/2006)

A - A lei ordinária.

B - O decreto.

C - A Emenda Constitucional.

D - A lei complementar.

113) Pode o Presidente da República instituir o Imposto sobre Grandes Fortunas através de Medida Provisória? (Maio/2006)

A - Não, porque tal imposto não se encontra na competência tributária da União.

B - Sim, porque a Constituição lhe confere poder para editar Medida Provisória com força de Lei.

C - Não, porque a Constituição veda a edição de Medida Provisória em matéria reservada à Lei Complementar.

D - Sim, porque compete ao Presidente da República o poder regulamentar das leis.

114) O Governador do Estado edita Decreto concedendo isenção de determinado imposto para contribuintes que atuam no ramo do comércio de alimentos. Sobre a referida isenção pode-se afirmar, segundo a legislação tributária, que: (Maio/2006)

A - É Regular porquanto preenche todos os requisitos exigidos pelo Código Tributário.

B - É Irregular porquanto somente a lei pode estabelecer as hipóteses de exclusão do crédito tributário.

C - É Regular uma vez que segundo a Constituição da República cabe ao Governador do Estado dispor sobre os tributos de sua competência.

D - A análise de sua regularidade dependerá do disposto na Constituição do Estado.

115) Assinale a alternativa que, no CTN, não se configura em modalidade de extinção do crédito tributário: (Maio/2006)

- A - Compensação.
- B - Moratória.
- C - Decadência.
- D - Remissão.

116) Assinale a alternativa incorreta: (Maio/2006)

- A - A isenção exclui o crédito tributário.
- B - A isenção é concedida por lei.
- C - A exclusão do crédito tributário também dispensa o cumprimento das obrigações acessórias, dependentes da obrigação principal.
- D - A Anistia exclui o crédito tributário.

117) O contribuinte que efetua o recolhimento do tributo em data posterior ao vencimento da obrigação tributária fica sujeito ao pagamento de multa e juros moratórios. Considerando a opção pelo parcelamento do débito, é verdadeiro afirmar que: (Maio/2006)

- A - Multa e juros moratórios são devidos sempre que houver o atraso, inexistindo hipótese de exoneração por parte do sujeito ativo.
- B - Multa e juros moratórios não podem ser exigidos se o contribuinte solicitar o parcelamento do débito.
- C - Multa e juros moratórios são sempre devidos, salvo se a lei instituidora do parcelamento versar de forma diversa.
- D - Multa e juros moratórios são sempre exonerados, salvo se a lei instituidora do parcelamento versar de forma diversa.

118) Normas gerais em matéria tributária são fixadas através de: (Maio/2006)

- A - Lei ordinária.
- B - Emenda à Constituição.
- C - Medida provisória com força de lei.
- D - Lei complementar federal.

119) Consoante o Código Tributário Nacional é CORRETO afirmar a respeito da isenção: (Maio/2006)

- A - É modalidade de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- B - Quando a legislação tributária não dispuser a respeito, a isenção extingue o crédito tributário de forma integral.
- C - A isenção afasta o cumprimento da obrigação acessória.
- D - A isenção é modalidade de exclusão do crédito tributário, sendo uma forma de dispensa legal do pagamento do tributo.

120) Consoante a Constituição Federal, assinale a opção CORRETA em relação ao Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI: (Maio/2006)

- A - A sua instituição decorre do exercício da competência residual outorgada a União Federal.
- B - A majoração de suas alíquotas deverá ser realizada somente por lei ordinária.
- C - O referido imposto não se submete ao Princípio da Anterioridade, mas deverá respeitar o Princípio da Noventena ou Nonagesimalidade.
- D - A fixação de suas alíquotas deverá atender, de forma facultativa, o critério da seletividade, conforme se aplica ao ICMS.

121) A exclusão de responsabilidade por infrações de legislação tributária, pela denúncia espontânea, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora: (Maio/2006)

- A - É vedada pelo Código Tributário Nacional.
- B - Não está prevista no Código Tributário Nacional, mas pode ser admitida, se prevista em lei ordinária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- C - Está prevista no Código Tributário Nacional, sendo admitida se a denúncia for apresentada antes do início de procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.
- D - Está prevista no Código Tributário Nacional, devendo a denúncia ser apresentada após o início da ação fiscal e antes da lavratura de Auto de Infração.

122) Não depende de lei: (Maio/2006)

- A - A redução da alíquota do IPTU.
- B - A atualização da base de cálculo do IPTU, desde que por índice oficial de correção monetária.
- C - A atualização da base de cálculo do IPTU, ainda que em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.
- D - A redução da base de cálculo do IPTU.

123) Assinale a alternativa CORRETA: (Dezembro/2006)

- A - As taxas (tributárias) têm como fato gerador uma contraprestação pecuniária estatal.
- B - As taxas têm fato gerador específico e base de cálculo diversa à dos impostos.
- C - Os Estados podem instituir empréstimos compulsórios.
- D - Inseridas no contexto tributário como estão, as taxas são sempre impostos inominados.

124) São tributos de competência comum: (Dezembro/2006)

- A - A taxa e a contribuição de melhoria.
- B - A taxa e a tarifa.
- C - O imposto sobre serviços de qualquer natureza e o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- D - O imposto sobre transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos e o imposto sobre transmissão inter vivos, por ato oneroso, de bens imóveis.

125) Em relação aos decretos em matéria de Direito Tributário é correto afirmar: (Dezembro/2006)

- A - Podem instituir tributos.
- B - Podem majorar tributos.
- C - Podem definir fato gerador, alíquota e base de cálculo de tributos.
- D - Restringem-se a regulamentar apenas as leis em função das quais sejam expedidos.

126) Qual o tributo cuja imposição decorre de valorização imobiliária em função da realização de obras públicas: (Dezembro/2006)

- A - Contribuição de intervenção no domínio econômico.
- B - Contribuição de melhoria.
- C - Taxa de serviço.
- D - Imposto de renda.

127) Numa moratória concedida sob condições, ao se verificar que o sujeito passivo deixou de atendê-las, tem-se por correto que: (Dezembro/2006)

- A - Não pode ser revogada, pois na época da concessão o sujeito passivo atendia a todos os requisitos.
- B - Não pode ser revogada, pois não houve “dolo” por parte do sujeito passivo.
- C - Pode ser revogada, desde que não tenha havido “dolo” por parte do sujeito passivo.
- D - Pode ser revogada, desde que não tenha ocorrido a prescrição.

128) O enunciado abaixo que não se aplica à decadência tributária é: (Dezembro/2006)

- A - O prazo de decadência é de cinco anos.
- B - A contagem do prazo inicia-se na data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.
- C - A contagem do prazo inicia-se no primeiro dia do exercício seguinte ao daquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- D - A contagem de seu prazo inicia-se na data da inscrição do crédito tributário em dívida ativa.

129) Não é princípio que rege o Imposto sobre Produtos Industrializados: (Dezembro/2006)

- A – Seletividade.
- B - Não-cumulatividade.
- C – Essencialidade.
- D - Não-seletividade.

130) A norma que cria isenção de um tributo deve ser interpretada da seguinte forma: (Dezembro/2006)

- A - De forma ampla, podendo alterar conceitos do direito privado.
- B - De forma literal, não podendo alterar conceitos do direito privado.
- C - De forma literal, podendo alterar conceitos do direito privado.
- D - De forma ampla, não podendo alterar conceitos do direito privado.

131) Em 01/06/2002 ocorreu o fato gerador de um determinado imposto; em 10/07/2004 deu-se o respectivo lançamento de ofício; e em 20/06/2006 foi ajuizada a execução fiscal ante o não pagamento pelo contribuinte. A Lei X, vigente até 31/12/2003 estabelecia alíquota de 10% para o referido imposto; A Lei Y a sucedeu e vigorou até 31/12/2004 e majorou a alíquota para 15%. Desta data em diante a Lei Z estabelece que a alíquota é de 20%. Qual a alíquota deve ser aplicada pela autoridade fiscal? (Dezembro/2006)

- A - 15% por ser a média entre a máxima e a mínima.
- B - 15% por ser a alíquota vigente quando do lançamento.
- C - 20% por ser a alíquota vigente quando da execução.
- D - 10% por ser a alíquota vigente ao tempo do fato gerador.

132) Considere a seguinte situação hipotética e responda: a partir de que data poderá ser exigida a nova alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, cuja alteração se deu através de lei publicada em 10 de dezembro de 2006? (Dezembro/2006)

- A - Imediatamente uma vez que o IPI é exceção ao princípio da anterioridade.
- B - A partir do 1º dia do exercício seguinte.
- C - 90 dias após a publicação da referida lei.
- D - 90 dias a contar do 1º dia do exercício financeiro seguinte.

133) Com relação ao federalismo fiscal constitucional brasileiro, julgue os itens seguintes. (Maio/2007)

I - O imposto de renda retido na fonte incidente sobre proventos e demais rendimentos pagos por estados e municípios pertence a estes.

II - A partilha do ICMS é realizada sob dois critérios: de acordo com o valor adicionado obtido pela venda de mercadorias no âmbito do território municipal e pelo que vier a ser estabelecido em lei estadual.

III A arrecadação do IOF (imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários) deve ser repassada ao estado e ao município no qual houver extração de ouro, quando este for definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial.

IV A delegação de competência da União em favor dos municípios para fiscalização e arrecadação do ITR (imposto territorial rural) é uma das hipóteses constitucionais de repartição de receitas tributárias.

Estão certos apenas os itens.

- A - I, II e III.
- B - I, II e IV.
- C - I, III e IV.
- D - II, III e IV.

134) Com relação ao tema das limitações ao poder de tributar, julgue os itens subseqüentes. (Maio/2007)

I - De acordo com a atual jurisprudência do STF, a imunidade tributária recíproca abrange as hipóteses em que a pessoa jurídica de direito público interno é contribuinte de fato.

II - As imunidades constitucionais são consideradas objetivas quando exigem, para sua fruição, a comprovação de que os bens, rendas ou serviços estão afetados às finalidades essenciais da entidade.

III - Existem imunidades tributárias implícitas na Constituição.

IV - A condição legal à fruição concreta da imunidade tributária pode ser veiculada por meio de lei ordinária federal.

Estão certos apenas os itens.

A - I e II.

B - I e III.

C - I e IV.

D - II e III.

135) Com relação à competência para estabelecer normas gerais de direito tributário, julgue os seguintes itens. (Maio/2007)

I - A lei complementar tributária pode fixar alíquotas específicas para tributos da competência estadual ou municipal.

II - A lei complementar tributária deve versar apenas sobre normas gerais tributárias, consideradas estas como normas-quadro, versando sobre princípios, diretrizes e balizas normativas, dentro das quais o ente tributante deverá exercer sua competência tributária, definindo os elementos essenciais da hipótese de incidência, respeitando o princípio federativo e seu corolário: a autonomia financeira e tributária dos entes integrantes da República Federativa do Brasil.

III - As obrigações acessórias em relação a tributos de competência de estados e municípios podem ser especificadas em lei complementar tributária federal.

IV - Na hipótese de ser revogada a lista de serviços anexa à lei complementar tributária nacional do ISSQN (imposto sobre serviços de qualquer natureza), não poderão os municípios cobrar o referido imposto em seus territórios.

Estão certos apenas os itens:

A - I e II.

B - I e III.

C - II e III.

D - II e IV.

136) Com relação ao princípio constitucional da irretroatividade tributária, assinale a opção correta. (Maio/2007)

A - A Lei tributária nova não poderá alcançar fatos geradores ocorridos antes de sua vigência, salvo no que disser respeito a obrigações acessórias.

B - A alteração de critério jurídico que embasou resposta individual a consulta jurídico-tributária proferida pelo órgão competente da administração tributária só poderá ser aplicada em relação a fatos geradores posteriores à sua publicação em Diário Oficial.

C - A administração tributária pode rever lançamento tributário com base em erro de fato, como no caso de reclassificação de mercadorias para fins de incidência do imposto de importação.

D - A administração tributária pode rever a qualquer tempo os seus atos administrativos de lançamento tributário, nos casos de fraude fiscal.

137) Com base em contrato, locatário de imóvel assumiu a responsabilidade pelo pagamento dos encargos referentes à locação. Por mais de um ano, o administrador indicado pelo proprietário recebeu os valores correspondentes ao aluguel, quotas de condomínio e tributos, fazendo pressupor o recolhimento regular dos tributos. Em certo momento, porém, verificou-se que o IPTU deixou de ser recolhido ao fisco municipal. De posse da intimação do município, o proprietário exigiu que o locatário efetuasse o pagamento do imposto em atraso. Nesse caso, o locatário (Maio/2007)

A - pode recusar-se a pagar o tributo, alegando que a obrigação de pagar compete ao administrador do imóvel, na qualidade de responsável por substituição.

B - pode recusar-se a pagar o tributo, alegando que a responsabilidade pelo pagamento do tributo remanesce com o proprietário, apesar do contrato.

C - está obrigado a pagar o tributo, tendo em vista que a responsabilidade assumida por contrato lhe transfere a responsabilidade pelo pagamento.

D - está obrigado ao pagamento do tributo, tendo em vista o princípio geral do direito das obrigações, segundo o qual quem paga mal, paga duas vezes.

138) Louças Sanitárias Brilhante Ltda. deixou de recolher ao fisco estadual o ICMS relativo ao período de janeiro a junho de 2005, mês em que, por alteração contratual, a titularidade das quotas da sociedade foi transferida a um grupo de empresários de um estado vizinho, que não quitou com o estado o débito referido. Um ano depois, o grupo extinguiu o negócio, não mais exercendo qualquer atividade empresarial. Em setembro desse mesmo ano, os antigos sócios reassumiram o estabelecimento, dessa vez fabricando artigos de cama e mesa, com a denominação Brilhante Roupas de Cama e Mesa Ltda. Em maio de 2007, fiscal de rendas do estado lavrou auto de infração, exigindo o imposto devido no ano de 2005, acrescido dos respectivos encargos, como multa, juros etc. Diante da exigência fiscal, a atual Brilhante Roupas de Cama e Mesa Ltda. (Maio/2007)

A - não tem a obrigação de recolher o tributo, acrescido dos demais encargos, tendo em vista que sua responsabilidade cessou com a transferência da empresa em junho de 2005.

B - está obrigada a recolher o tributo, sem os acréscimos exigidos, uma vez que o grupo que adquiriu o controle da empresa em 2005 assumiu a responsabilidade tributária por substituição.

C - não está obrigada a recolher o tributo, tendo em vista que o imposto só pode ser exigido de quem efetivamente deu causa à omissão.

D - está obrigada a recolher o tributo exigido, acrescido dos demais encargos, por se tratar de responsabilidade tributária por sucessão, prevista no Código Tributário Nacional (CTN), em que pese a mudança do objeto social.

139) Por não ter atingido renda superior ao limite de isenção previsto em lei, um contribuinte deixou de apresentar a declaração de ajuste anual do imposto de renda de pessoa física. A atitude do contribuinte em apreço foi (Maio/2007)

A - correta, tendo em vista que a isenção de pagamento do tributo dispensa o cumprimento da obrigação acessória.

B - correta, tendo em vista que a exigência da obrigação acessória só faz sentido nos casos de pagamento devido.

C - incorreta, embora não caiba aplicação de penalidade, tendo em vista a inexistência de base para cálculo.

D - incorreta, uma vez que a dispensa da obrigação principal não o exime do cumprimento da obrigação acessória.

140) A isenção de tributos concedida por lei estadual pelo prazo de três anos, beneficiando contribuintes que comprovem preencher certas condições nela estabelecidas, (Maio/2007)

A - não pode ser revogada, ainda que por lei de idêntica hierarquia ou de hierarquia superior, antes de transcorrido o prazo previsto.

B - pode ser revogada a qualquer tempo, tendo em vista considerações de oportunidade e conveniência da autoridade fiscal.

C - só pode ser revogada antes do prazo previsto de três anos por lei complementar especificamente editada para esse fim.

D - conforme autoriza o CTN, pode ser revogada, a qualquer tempo, por lei de hierarquia superior àquela que concedeu a isenção.

141) A parafiscalidade consiste (Maio/2007)

A - na utilização do tributo como instrumento de proteção da indústria nacional e não como instrumento de arrecadação de recursos financeiros para o tesouro público.

B - no repasse de recursos financeiros à fazenda pública, independentemente de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte.

C - na arrecadação de tributos que serão recolhidos ao fisco respectivo e, após, transferidos a pessoa jurídica de direito privado para o fim de cumprir uma finalidade social, de assistência social ou cultural.

D - na transferência, pela pessoa de direito público competente, da titularidade de tributo a pessoa diversa do Estado, a fim de que passe a dispor da arrecadação em benefício de suas próprias finalidades.

142) Quando tem por fato gerador uma situação que independe de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte, diz-se que o tributo é não-vinculado. Nesse sentido, é tributo não-vinculado (Maio/2007)

A - a CIDE.

B - a contribuição de melhoria.

C - a contribuição de iluminação pública.

D - o imposto de renda.

143) No último mês de julho, Sernambetiba Indústria de Lâmpadas Ltda., empresa com sede no município do Rio de Janeiro, auferiu receita de vendas das mercadorias que produziu no total de R\$ 500.000,00. No mesmo mês de julho/2007, recebeu em seu estabelecimento matérias-primas e novas máquinas para a produção de lâmpadas, ambas tributadas pelo IPI e pelo ICMS na etapa anterior. A energia elétrica consumida pela empresa no mês de julho de 2007 alcançou o valor de R\$ 18.000,00. Em face da situação hipotética acima e considerando que a concessionária de energia elétrica seja isenta do ICMS, assinale a opção correta. (Agosto/2007)

A - Não poderá haver compensação do ICMS sobre a energia elétrica consumida, mas poderá haver creditamento do IPI e do ICMS sobre as matérias-primas adquiridas.

B - O IPI e o ICMS decorrentes da aquisição de novas máquinas poderão ser integralmente compensados e de uma só vez na apuração dos mesmos tributos devidos em relação aos fatos geradores ocorridos naquele mês de julho.

C - Poderá haver compensação do ICMS sobre a energia elétrica consumida e apenas do IPI sobre as matérias-primas adquiridas.

D - Não poderá haver compensação do IPI nem do ICMS sobre as aquisições de matérias-primas, mas o ICMS decorrente da aquisição das novas máquinas poderá ser compensado à razão de 1/48 por mês.

144) Considerando a progressividade de alíquotas do IPTU e do ITR na atual redação da Constituição, assinale a opção correta. (Agosto/2007)

A - Ambos poderão ter alíquotas progressivas no tempo de modo a atender a função social da propriedade e também poderão ter alíquotas progressivas em razão do valor do imóvel.

B - Somente o ITR poderá ter alíquotas progressivas no tempo de modo a atender a função social da propriedade, e ambos poderão ter alíquotas progressivas em razão do valor do imóvel.

C - Ambos poderão ter alíquotas progressivas em razão do valor do imóvel, mas só o IPTU poderá ter alíquotas progressivas no tempo de modo a atender a função social da propriedade.

D - Somente o IPTU poderá ter alíquotas progressivas em razão do valor do imóvel, porém ambos poderão ter alíquotas progressivas no tempo de modo a atender a função social da propriedade.

145) O STF, por maioria, indeferiu medida cautelar em ação proposta contra a União por empresa fabricante de cigarros, que visava a atribuição de efeito suspensivo a recurso extraordinário por ela interposto em face de acórdão proferido pelo TRF da 2.^a Região, que decidira pela constitucionalidade do art. 2.^º, inc. II, do D. L. n.^º 1.593/1977, (redação da Lei n.^º 9.822/99), que autoriza o cancelamento do registro especial para o exercício de atividade ligada ao setor de tabaco por descumprimento de obrigação tributária.

Em face da situação hipotética acima descrita, julgue os itens que se seguem. (Agosto/2007)

I-Tendo em vista a singularidade do tema, falta razoabilidade jurídica ao pedido, devendo-se ressaltar o periculum in mora inverso, consistente na exposição dos consumidores, da sociedade em geral e, em particular, da condição objetiva da livre concorrência, ao risco da continuidade do funcionamento de empresa para tanto inabilitada.

II-O não cumprimento do Decreto-lei n.^º 1.593/1977 é justificativa extrafiscal suficiente para a exigência da regularidade tributária pela Secretaria da Receita Federal, órgão que determinou o cancelamento do registro especial de que gozava o contribuinte.

III-Se a empresa se recusar a pagar o IPI devido, sustentando a inconsistência da exigibilidade do tributo, suas justificativas serão de todo convincentes contra a argüição de inadimplemento levantada pela Receita Federal, sobretudo se a empresa provar carecer de recursos para o recolhimento sistemático de tributos.

IV-Não se configura, na hipótese, caso de sanção política tendente a compelir contribuinte inadimplente a pagar tributo, tendo em vista a finalidade jurídica autônoma de que se reveste a norma restritiva do direito, em resguardo da livre concorrência, e também de sua razoabilidade.

V O Decreto-lei n.^º 1.593/1977 impôs como condição inafastável para o exercício da atividade econômica em questão um conjunto de requisitos que, não atendidos, acarretam a ilicitude da produção.

A quantidade de itens certos é igual a:

A - 1.

B - 2.

C - 3.

D - 4.

146) Considere, por hipótese, que, com o intuito de incentivar o setor de informática carioca, o município do Rio de Janeiro tenha editado lei ordinária reduzindo a alíquota do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) incidente sobre a elaboração de programas de computador de 3% para 1%. A propósito dessa situação hipotética, assinale a opção correta. (Agosto/2007)

A - A redução é irregular porque não atende aos parâmetros constitucionais.

B - A redução é irregular porque não houve permissão em convênio celebrado pelos municípios brasileiros.

C - A redução é regular porque ao município do Rio de Janeiro cabe dispor sobre os tributos de sua competência.

D - A redução é regular porque preenche todos os requisitos exigidos pelo Código Tributário Nacional (CTN).

147) Determinada empresa, localizada no estado A, adquiriu mercadorias de empresa situada no estado B. Acerca dessa situação, assinale a opção correta quanto ao ICMS incidente na operação, levando em consideração as diretrizes constitucionais aplicáveis. (Agosto/2007)

A - Caso a empresa adquirente seja contribuinte do ICMS e consumidora final das mercadorias, o imposto deverá ser integralmente recolhido para o estado B.

B - Caso a empresa adquirente não seja contribuinte do ICMS e seja consumidora final das mercadorias, o valor do imposto correspondente à aplicação da alíquota interestadual deverá ser recolhido para o estado B, cabendo ao estado A a diferença entre a alíquota interna e a interestadual.

C - Caso a empresa adquirente não seja contribuinte do ICMS e seja consumidora final das mercadorias, deverá ser aplicada a alíquota interna do estado B.

D - Caso a empresa adquirente seja contribuinte do ICMS e consumidora final das mercadorias, deverá ser aplicada a alíquota interestadual, cabendo ao estado B o valor do imposto correspondente à diferença entre essa alíquota e a interna.

148) Consoante a Constituição Federal, assinale a opção correta em relação ao imposto sobre importação de produtos estrangeiros (II). (Agosto/2007)

A - Pode ser cobrado no mesmo exercício financeiro em que foi instituído.

B - A sua instituição pode ser realizada por meio de decreto.

C - A majoração de suas alíquotas somente poderá ser realizada por lei ordinária.

D - O contribuinte é a empresa estrangeira que vendeu o produto.

149) De acordo com a Constituição da República, assinale a opção correta em relação ao IPVA. (Agosto/2007)

A - As alíquotas mínimas do II somente poderão ser fixadas por lei estadual e as alíquotas máximas, somente por resolução do Senado Federal.

B - As alíquotas máximas sempre poderão ser fixadas por lei estadual e a norma que fixa a base de cálculo apenas precisa observar a chamada anterioridade nonagesimal.

C - As alíquotas mínimas serão fixadas por ato do Senado Federal e a lei que fixa a base de cálculo do imposto produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício seguinte ao da sua publicação.

D - A fixação da base de cálculo e o aumento de alíquota somente podem ocorrer por meio de lei estadual e, em ambos os casos, essa norma produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício seguinte ao da sua publicação.

150) A concessão de tutela antecipada em ação anulatória de débito tributário é causa de: (Agosto/2007)

A - prescrição do crédito tributário.

B - exclusão do crédito tributário.

C - suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

D - extinção do crédito tributário.

151) Em 1.º/2/2005, um cidadão recebeu citação de execução fiscal promovida pelo município do Rio de Janeiro cobrando judicialmente diferenças do IPTU do exercício 1994, já exigidas mediante lançamento de ofício, cuja intimação ocorreu em 1.º/1/1998 e contra a qual não foi apresentada qualquer impugnação. O despacho do juiz ordenando a citação ocorreu em 10/1/2005. Nessa situação, tendo em vista a redação atual do art. 174, parágrafo único, do CTN, é correto afirmar que o crédito tributário: (Agosto/2007)

A - está extinto pela decadência.

B - está extinto pela prescrição.

C - ainda não foi constituído.

D - está com a sua exigibilidade suspensa.

152) Wilson foi ao DETRAN, no dia 17/12/2007, para proceder à transferência da propriedade de seu veículo a Airton. Lá, foi informado de que a transferência dependia da quitação do IPVA daquele ano, e que ele deveria ir à Secretaria da Fazenda para providenciar o pagamento. Na Secretaria da Fazenda, relatou o fato e, após assinar o requerimento da segunda via do documento de arrecadação do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA), recebeu a notificação para pagamento do respectivo imposto.

A situação hipotética acima configura caso de lançamento tributário: (Dezembro/07)

A – de ofício.

B – por requerimento.

C – por declaração.

D – por homologação.

153) Do conceito de competência residual deduz-se que: (Dezembro/07)

- A – a União não pode criar empréstimos compulsórios que tenham base de cálculo idêntica à dos impostos previstos na Constituição.
- B – a União não pode criar impostos cumulativos.
- C – os estados não podem criar taxas que tenham base de cálculo idêntica à dos impostos.
- D – os estados só podem criar impostos que não tenham fato gerador ou base de cálculo idênticos aos dos impostos previstos na Constituição.

154) Entre as seguintes vedações, não tem exceção expressa no texto constitucional: (Dezembro/07)

- A – a cobrança de tributo novo no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que o criou.
- B – a cobrança de tributo novo em menos de 90 dias a partir da publicação da lei que o criou.
- C – a instituição de tributo sem lei que o estabeleça.
- D – a majoração de tributo sem lei que o estabeleça.

155) O taxista João recebeu do fisco estadual uma correspondência na qual lhe foi informado que, mesmo tendo ocorrido o fato gerador do IPVA, ele não precisaria pagar o tributo, uma vez que fora aprovada uma lei, pela respectiva assembleia legislativa, que excluía o crédito tributário dos taxistas, relativamente ao IPVA.

Nessa situação hipotética, pode-se dizer que a citada lei estabeleceu uma: (Dezembro/07)

- A – isenção.
- B – anistia.
- C – remissão.
- D – transação.

156) Osvaldo, que foi notificado pelo fisco para o pagamento de um imposto de R\$ 10.000,00 e multa de 20% impugnou o lançamento e, no curso do processo, declarou-se devedor dos R\$ 10.000,00 e requereu a exclusão da multa, por denúncia espontânea. Ainda no curso do processo, advieram duas leis: uma que alterou a alíquota da multa para o correspondente a 10%, e outra, posterior, que alterou a alíquota para 15%.

Nessa situação, o percentual de multa que Osvaldo terá de pagar é igual a: (Dezembro/07)

- A – 0%
- B – 10%
- C – 15%
- D – 20%

157) Acerca do sistema tributário nacional, assinale a opção incorreta. (Dezembro/07)

A – Todos os impostos instituídos pela União têm caráter pessoal e são graduados segundo a capacidade econômica dos contribuintes.

B – As contribuições de intervenção no domínio econômico instituídas pela União não incidirão sobre receitas decorrentes de exportação.

C – Fere preceito constitucional a instituição de taxa sobre serviços de engenharia prestados por particulares.

D – Caso seja criado um território federal, caberá à União instituir o IPVA sobre os veículos licenciados no referido território.

158) Assinale a opção correta no que se refere aos impostos de competência dos municípios. (Dezembro/07)

A – Compete à lei ordinária fixar as alíquotas mínimas do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS), e à lei complementar, fixar as alíquotas máximas.

B – Considere-se que certo município edite lei excluindo o ISS sobre exportações de serviços para países da América Latina. Nesse caso, a lei municipal contraria o texto constitucional, pois apenas a Constituição Federal pode dispor acerca da exclusão da incidência do ISS sobre a exportação de serviços.

C – Um município que institui lei estabelecendo alíquotas progressivas para o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) em razão do valor do imóvel e, também, alíquota diversa de acordo com o uso do imóvel, contraria dispositivo constitucional que, tendo como parâmetro o uso do bem imóvel, veda o estabelecimento de alíquotas diversas para o IPTU.

D – Considere-se um ato de compra e venda de bem imóvel localizado no DF, sendo o comprador domiciliado em Goiânia – GO e o vendedor, em Imperatriz-MA. Nesse caso, será devido ao DF o imposto sobre transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bem imóvel.

159) Suponha-se que determinada sociedade limitada, estando em débito com a fazenda pública estadual em razão do não-recolhimento do imposto sobre operações referentes à circulação de mercadorias relativo aos dois últimos anos, promova o parcelamento do valor devido. Nessa situação, o parcelamento: (Dezembro/07)

A – concede remissão ao crédito tributário.

B – exclui o crédito tributário.

C – extingue o crédito tributário.

D – suspende a exigibilidade do crédito tributário.

160) Considere-se que a União conceda anistia tributária abrangendo infrações cometidas por pessoas jurídicas domiciliadas em certa região brasileira, em razão de condições que lhes são peculiares.

Nessa situação hipotética e de acordo com as normas atinentes ao crédito tributário, assinale a opção correta. (Dezembro/07)

- A – Não se aplica a anistia a atos praticados com simulação pelas pessoas jurídicas beneficiadas.
- B – A lei concessiva da anistia abrange, também, as infrações cometidas com dolo ou culpa pelas pessoas jurídicas beneficiadas.
- C – A anistia abrange as infrações administrativas e as contravenções penais cometidas pelas pessoas jurídicas beneficiadas.
- D – Não se aplica a anistia às infrações cometidas anteriormente à vigência da lei.

161) O imposto sobre produto industrializados, de competência da União, não incide sobre: (Dezembro/07)

- A – o retorno de mercadoria industrializada anteriormente exportada, independentemente do motivo do retorno.
- B – a exportação de produtos industrializados.
- C – a importação de produtos industrializados.
- D – a arrematação de produtos industrializados apreendidos e levados a leilão.

162) Não constitui matéria de direito tributário reservada pela Constituição Federal (CF) à lei complementar a: (Maio/2008)

- A – definição de tributos.
- B – definição dos fatos geradores e da base de cálculo dos impostos discriminados pela CF.
- C – definição das espécies tributárias.
- D – definição dos contribuintes e das alíquotas dos impostos discriminados pela CF.

163) De acordo com a Constituição Federal, as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico podem: (Maio/2008)

- A – incidir sobre as receitas de exportação.
- B – incidir sobre as receitas de importação.
- C – ter alíquotas ad valorem, com base na unidade de medida adotada.
- D – ter alíquotas específicas, com base no faturamento, na receita bruta ou no valor da operação.

164) Consoante o princípio da igualdade tributária, é vedado conferir tratamento desigual a contribuintes que se encontrem em situação equivalente. No texto constitucional, são enumerados critérios em razão dos quais é proibida a distinção de tratamento tributário. Entre esses critérios não estão incluídos: (Maio/2008)

- A – rendimentos decorrentes de diferentes ocupações profissionais.
- B – rendimentos decorrentes de diferentes nacionalidades.
- C – direitos decorrentes de diferentes ocupações profissionais.
- D – direitos decorrentes da ocupação de diferentes funções públicas.

165) Carlos, proprietário de uma loja de máquinas fotográficas, está decidido a deixar de vender produto e passar a oferecer serviços de assistência técnica e equipamentos fotográficos. Nessa situação, caso Carlos, de fato, passe a oferecer somente esse novo serviço, ele deixará de pagar: (Maio/2008)

- A – IPI e passará a pagar ISS.
- B – imposto de renda sobre o lucro real e passará a pagar o imposto sobre o lucro presumido.
- C – ICMS e passará a pagar ISS.
- D – IPI e passará a pagar ICMS.

166) Dado que a Constituição Federal atribuiu competência para os estados legislarem sobre o IPVA, essa prerrogativa envolve o pleno poder de legislar sobre esse tributo. Todavia, essa competência, consoante o Código Tributário Nacional (CTN), está, em tese, submetida às limitações. (Maio/2008)

- A – do próprio CTN, da Constituição Federal e da respectiva constituição estadual.
- B – do próprio CTN, da Constituição Federal e dos tratados internacionais.
- C – do próprio CTN, dos tratados internacionais e da respectiva constituição estadual.
- D – dos tratados internacionais, da Constituição Federal e da respectiva constituição estadual.

167) Consoante o CTN, a base de cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica corresponde ao montante da renda e dos proventos tributáveis. Nesse caso, não está prevista no CTN a base de cálculo na forma de lucro (Maio/2008)

- A – líquido.
- B – presumido.
- C – real.
- D – arbitrado.

168) Não constitui matéria tributária exclusiva de lei a (Maio/2008)

- A – atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo.
- B – hipótese de exclusão tributária.
- C – definição do fato gerador da obrigação tributária principal.
- D – cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a dispositivos de lei.

169) Ricardo, proprietário de um imóvel avaliado, em 2007, em R\$ 100.000,00, não pagou o IPTU de 2007 e, neste ano de 2008, pretende vender o imóvel para um interessado com quem firmou, em 2007, um contrato de promessa de compra e venda. Em janeiro de 2008, entrou em vigor uma lei que alterou, de 3% para 4%, a alíquota do ITBI e o imóvel passou a ser avaliado em R\$ 120.000,00. Considerando a situação hipotética descrita, assinale a opção que representa, respectivamente, o valor da base de cálculo do IPTU de 2007 e a alíquota do ITBI que deverão ser pagos. (Maio/2008)

- A – R\$ 100.000,00 e 3%.
- B – R\$ 120.000,00 e 3%.
- C – R\$ 100.000,00 e 4%.
- D – R\$ 120.000,00 e 4%.

170) Considere que Pedro e Tiago sejam, por lei, considerados sujeitos passivos solidários em relação a determinada dívida tributária. Nessa situação, (Maio/2008)

A – se Pedro pagar a metade de dívida, somente Tiago permanecerá devedor.

B – se Pedro foi quem deu razão à dívida, o fisco deve primeiramente cobrar dele e, somente após esgotados os esforços, deve cobrar a Tiago.

C – se a lei conceder remissão pessoal a Tiago, o saldo da dívida passa todo para Pedro.

D – se a lei conceder a interrupção da prescrição em prejuízo de Tiago, não será afetada a prescrição para Pedro.

171) As hipóteses previstas no CTN para suspensão da exigibilidade do crédito tributário, não incluem: (Maio/2008)

A – o pagamento parcial do tributo.

B – o depósito do seu montante integral.

C – a medida liminar em ação judicial.

D – o parcelamento.

172) Suponha que uma unidade federativa tenha instituído uma taxa pela utilização do serviço público. Para que essa taxa atenda aos requisitos constitucionais mínimos, é indispensável que a utilização desse serviço seja: (Agosto/2008)

A - efetiva ou potencial.

B - efetiva e potencial.

C - específica e divisível.

D - específica ou divisível.

173) Supondo que a União tenha criado dois territórios federais em determinada área da região amazônica: o primeiro localizado em área não dividida em municípios e o segundo, em área onde há três municípios, assinale a opção correta relativamente à competência para a arrecadação dos tributos nos dois territórios. (Agosto/2008)

A - No segundo território, tanto a arrecadação dos tributos estaduais quanto a dos municipais caberiam à União.

B - No primeiro território, a arrecadação dos tributos estaduais caberia ao governo do próprio território, e a dos tributos municipais, à União.

C - No primeiro território, tanto a arrecadação dos tributos estaduais quanto a dos municipais caberiam à União.

D - No segundo território, a arrecadação dos tributos estaduais caberia ao governo do próprio território, e a dos tributos municipais, à União.

174) Com relação à CIDE incidente sobre petróleo e derivados, caso um cidadão brasileiro decida importar derivados de petróleo, ele, consoante disposição constitucional, (Agosto/2008)

- A - poderá ser equiparado a pessoa jurídica, na forma da lei.
- B - deverá ser, por meio de lei, isento do pagamento do tributo sobre a importação, pois a CIDE se restringe às pessoas jurídicas.
- C - deverá pagar a CIDE em dobro, visto que estará isento do pagamento de outros tributos.
- D - poderá optar pelo enquadramento como pessoa física ou jurídica, consoante a lei.

175) Na hipótese de o Brasil decretar estado de guerra, a CF oferece algumas formas de incrementar a receita federal, entre as quais não se inclui a criação de: (Agosto/2008)

- A - empréstimos compulsórios por meio de medidas provisórias.
- B - impostos extraordinários por meio de medidas provisórias.
- C - impostos extraordinários por meio de lei ordinária.
- D - empréstimos compulsórios por meio de lei complementar.

176) O princípio da progressividade tributária não se aplica ao imposto: (Agosto/2008)

- A - territorial rural.
- B - sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
- C - predial e territorial urbano.
- D - sobre a transmissão onerosa de bens imóveis.

177) Se o governo criar um tributo sobre a utilização dos serviços públicos de defesa nacional destinado a cobrir os custos de manutenção das forças armadas, nesse caso, a natureza jurídica de tal exação: (Agosto/2008)

- A - não será de contribuição social, porque estará vinculada.
- B - será de imposto, porque servirá ao serviço público não divisível.
- C - será de taxa, porque se destinará ao exercício do poder de polícia.
- D - não será de contribuição de melhoria, porque não haverá obra envolvida.

178) João adquiriu de Pedro uma das lojas de tecidos que este possuía e que funcionava no mesmo endereço havia vinte anos. João continuou, então, aquela atividade comercial, mas criou, para tanto, nova empresa, com novo registro empresarial. Certo dia, recebeu do fisco estadual uma notificação para pagamento de ICMS relativo a vendas ocorridas na loja que comprara, sendo elas realizadas em data anterior à da operação de compra da loja. Considerando-se a situação hipotética apresentada, é correto afirmar que João: (Agosto/2008)

- A - responderá pela dívida tributária anterior subsidiariamente com Pedro, desde que este continue a explorar a venda de tecidos em suas outras lojas.
- B - não responderá pela dívida tributária anterior porque não foi constituída por ele, mas por Pedro.
- C - não responderá pela dívida tributária anterior porque a ele só pertence a nova pessoa jurídica.
- D - responderá integralmente pela dívida tributária anterior porque, com a compra da loja, adquiriu a totalidade dos direitos e deveres relativos àquele estabelecimento.

179) O indivíduo a quem a lei atribua dever de pagar determinado tributo é considerado, segundo o CTN, (Agosto/2008)

A - responsável, em razão de ter relação pessoal e direta com a situação que constitua o fato gerador.

B - contribuinte, porque, independentemente de ter relação pessoal e direta com a situação que constitua o fato gerador, sua obrigação decorre da lei.

C - sujeito passivo, independentemente de ter ou não relação pessoal e direta com a situação que constitua o fato gerador.

D - sujeito ativo, independentemente de ter ou não relação pessoal e direta com a situação que constitua o fato gerador.

180) Com base no que dispõe o CTN, um indivíduo de um mês de idade: (Agosto/2008)

A - não tem qualquer capacidade tributária, porque é menor.

B - já tem total capacidade tributária.

C - tem capacidade tributária restrita até completar dezesseis anos de idade.

D - tem capacidade tributária restrita até completar dezoito anos de idade.

181) Ocorrido determinado fato gerador, Augusto deveria pagar o respectivo tributo. Entretanto, uma lei editada posteriormente ao fato deu por extinta, sem pagamento, metade da dívida das pessoas que se enquadravam na situação de Augusto. Passaram-se seis anos, e o fisco nem mesmo constituiu o crédito tributário contra Augusto, relativamente à outra metade do crédito. Nessa hipótese, configura-se a situação de extinção da dívida por: (Agosto/2008)

A - prescrição e compensação.

B - transação e remissão.

C - transação e prescrição.

D - remissão e decadência.

182) A instituição, pela União, de benefício fiscal relativamente ao imposto de renda poderá ser feita: (Dezembro/2008)

A - somente em lei que trate do imposto de renda.

B - somente em lei que estabeleça benefícios fiscais.

C - tanto em lei que trate de benefícios fiscais quanto em lei que trate do imposto de renda.

D - em qualquer lei que disponha a respeito de matéria tributária.

183) A taxa de inspeção sanitária cobrada de estabelecimentos que possuem instalações sanitárias, como restaurantes e bares, destinada à realização de fiscalização pelo poder público, tem como fato gerador: (Dezembro/2008)

A - a necessidade de utilização do serviço pelo contribuinte.

B - a cobrança do tributo pela intervenção no domínio econômico realizada pelo Estado.

C - a utilização efetiva, por parte da população, do serviço específico e divisível.

D - a atividade da administração pública que regula a prática de ato concernente à higiene, no exercício de atividade econômica dependente de concessão ou autorização do poder público.

184) Promove a extinção do crédito tributário relativo a imposto devido por contribuinte: (Dezembro/2008)

- A - o depósito do montante integral da dívida, se efetuado em ação promovida pelo contribuinte.
- B - o advento de lei que crie isenção relativa ao referido imposto.
- C - o advento de lei que estabeleça anistia relativa ao referido imposto.
- D - a conversão, caso sobrevenha, de depósito em renda pública.

185) Considerando que Júnior, Júlio e Augusto tenham diferentes ocupações profissionais, exerçam diferentes funções e percebam remunerações de diferentes denominações jurídicas, assinale a opção correta à luz do princípio constitucional tributário da isonomia. (Dezembro/2008)

- A - Os três devem ser tributados com a mesma carga de imposto de renda.
- B - As normas somente permitem diferenciar a carga tributária de imposto de renda em benefício de um dos três indivíduos citados em razão da ocupação profissional.
- C - Caso um dos indivíduos citados ocupe função pública especial, o benefício quanto à carga do imposto de renda poderá ser-lhe concedido.
- D - As normas somente permitem diferenciar a carga tributária de imposto de renda em prejuízo de um dos indivíduos citados, em razão da denominação jurídica de sua remuneração.

186) Supondo que tenha sido deferido, pela secretaria de fazenda de um estado da Federação, a contribuinte devedor de tributo já vencido pedido de pagamento em parcelas do referido imposto, assinale a opção correta. (Dezembro/2008)

- A - O benefício concedido pela administração denomina-se moratória.
- B - O instituto tributário a ser utilizado pelo contribuinte para quitar a dívida caracteriza-se como remissão.
- C - O deferimento do pedido do contribuinte causa a extinção do crédito tributário.
- D - O deferimento do pleito causa a exclusão do crédito tributário.

187) Para que um município crie um tributo, é necessário, além da competência para fazê-lo, o atendimento às normas limitadoras, que lhe são impostas (Dezembro/2008)

- A - pela CF, pela constituição do respectivo estado, pelas normas gerais tributárias e pela lei orgânica do próprio município.
- B - pela CF e pela constituição estadual, apenas.
- C - pela CF e pela lei orgânica do próprio município, somente.
- D - pela CF, apenas.

188) A fixação, por lei complementar, de limite máximo para o estabelecimento de valor de remissão e anistia é constitucionalmente prevista para a contribuição (Dezembro/2008)

- A - específica de financiamento da seguridade social sobre o faturamento das empresas.
- B social sobre o lucro líquido.
- C - destinada ao Programa de Integração Social.
- D - patronal sobre a folha de pagamento.

189) Supondo que seja lavrado o auto de infração e constituído o crédito tributário em decorrência da autuação, pelo fisco, de contribuinte que deixou de emitir nota fiscal e recolher o ICMS, assinale a opção correta. (Dezembro/2008)

A - A modalidade de lançamento adequada a essa situação é a mista, dada a necessidade de informação constante dos documentos da referida empresa.

B - Nessa situação, em que se constata conduta ilícita do não-recolhimento pelo contribuinte, deve ser realizado o lançamento de ofício.

C - O fisco deve realizar o lançamento por homologação, pois, em se tratando de ICMS, cabe ao contribuinte apurar o valor de tributo devido.

D - O lançamento efetuado pelo fisco não poderia ter sido feito por meio de auto de infração.

190) Considere que um estabelecimento empresarial seja alienado e que o adquirente continue a exploração da mesma atividade, mas sob outra razão social, e o alienante volte a ter atividade empresarial somente após 6 meses, contados da data da alienação. Nessa situação hipotética, (Dezembro/2008)

A - a responsabilidade pelos tributos devidos até a data da alienação é exclusiva do alienante.

B - o alienante terá responsabilidade integral pelo pagamento dos tributos devidos, caso, dentro dos 6 meses, contados da data de alienação, inicie outra atividade empresarial.

C - a responsabilidade do adquirente pelo pagamento dos tributos devidos é subsidiária, visto que a dívida foi contraída antes da alienação.

D - o adquirente terá responsabilidade integral pelo pagamento dos tributos devidos até a data da alienação.

191) O parcelamento do pagamento de dívida tributária contraída por pessoa jurídica (Dezembro/2008)

A - não exclui, por si só, a aplicação de juros e multa.

B - exige a edição de decreto que o possibilite.

C - não pode ser concedido de forma geral.

D - prescinde de despacho de autoridade administrativa.

192) Duas pessoas físicas, maiores e capazes, celebram contrato de locação de imóvel residencial no qual é estipulado que a responsabilidade pelo pagamento do imposto sobre a renda incidente sobre o aluguel será do locatário, que o descontará do valor pago pela locação. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta. (Março/2009)

A - O contrato é válido e produz efeitos entre as partes, mas é ineficaz perante a fazenda pública, pois as convenções particulares, salvo disposições de lei em contrário, não podem definir a responsabilidade pelo pagamento de tributo de modo diverso do previsto na lei tributária.

B - O contrato é válido e eficaz até mesmo perante a fazenda pública, pois o imposto de renda admite a retenção na fonte, havendo transferência da responsabilidade tributária para quem efetua o pagamento.

C - O contrato é absolutamente ineficaz e inválido, por transferir a outra pessoa, que não a legalmente responsável, a obrigação pelo pagamento de imposto.

D - O contrato é válido, e a responsabilidade tributária, no caso, passa a ser solidária, podendo a fazenda pública exigir o imposto de qualquer das partes contratantes.

193) É de competência exclusiva da União instituir: (Março/2009)

A - contribuição para o custeio do regime previdenciário próprio dos servidores estaduais.

B - contribuição de melhoria, no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.

C - contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.

D - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

194) O princípio constitucional da imunidade recíproca: (Março/2009)

A - não se aplica aos impostos diretos, abrangendo apenas os indiretos.

B - é extensivo às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo poder público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

C - não se aplica aos municípios, abrangendo apenas a União, os estados e o DF.

D - aplica-se aos entes políticos que exerçam atividade econômica em concorrência com o particular.

195) A vedação constitucional à cobrança de tributos antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu não se aplica: (Março/2009)

A - à fixação da base de cálculo do imposto sobre propriedade de veículos automotores.

B - à fixação da base de cálculo do imposto sobre serviços de qualquer natureza.

C - ao imposto sobre propriedade territorial rural.

D - ao imposto sobre produtos industrializados.

196) AB Alimentos Ltda. adquiriu, em 5/1/2009, o estabelecimento empresarial da CD Laticínios Ltda. e continuou a exploração da respectiva atividade, sob outra razão social. Nessa situação hipotética, a responsabilidade pelo pagamento de tributos relativos ao estabelecimento empresarial, devidos até 5/1/2009, é: (Março/2009)

A - solidária, entre AB Alimentos Ltda. e CD Laticínios Ltda., em qualquer hipótese.

B - subsidiária, de AB Alimentos Ltda. com CD Laticínios Ltda., se a alienante prosseguir na exploração da atividade econômica ou iniciar nova atividade dentro de seis meses, a contar da data da alienação.

C - integralmente de AB Alimentos Ltda., em qualquer hipótese.

D - integralmente de AB Alimentos Ltda., se CD Laticínios Ltda. continuar a exploração da respectiva atividade econômica.

197) Constitui hipótese de lei tributária irretroativa: (Março/2009)

A - lei que deixe de definir certo ato como infração, desde que se trate de ato não definitivamente julgado.

B - lei que majore as alíquotas do imposto sobre serviços.

C - lei instrumental que regule formalidades aplicáveis ao lançamento.

D - lei expressamente interpretativa.

198) A criação, pelo Estado, de nova contribuição de intervenção sobre o domínio econômico, incidente sobre a produção de veículos, implica a instituição de alíquota: (Março/2009)

A - ad valorem, obrigatoriamente.

B - específica, exclusivamente.

C - ad valorem, com base no faturamento, na receita bruta ou no valor da operação; ou específica, com base na unidade de medida adotada.

D - ad valorem, com base na unidade de medida adotada; ou específica, com base no faturamento, na receita bruta ou no valor da operação.

199) Entidade beneficente de assistência social sem fins lucrativos pode gozar, desde que atenda aos requisitos legais, de imunidade de: (Março/2009)

A - impostos sobre o patrimônio, renda e serviços e de contribuições para a seguridade social.

B - quaisquer impostos, mas não de contribuições para a seguridade social.

C - contribuições para a seguridade social, a despeito de ter de pagar impostos sobre patrimônio, renda e serviços.

D - impostos sobre o patrimônio, renda e serviços, mas não de contribuições para a seguridade social.

200) Não está prevista, no Código Tributário Nacional, no que se refere a lançamento efetuado de ofício, a comprovação de: (Março/2009)

A - ocorrência, no lançamento anterior, de fraude funcional da autoridade que o efetuou.

B - ocorrência, no lançamento anterior, de omissão de formalidade especial da autoridade que o efetuou.

C - ação ou omissão do sujeito passivo que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária.

D - falta funcional que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária.

201) Dalton pagou, com cheque, uma multa tributária correspondente a 150% do valor de um imposto devido e o valor total de uma taxa. Com relação a essa situação hipotética, é correto afirmar que: (Março/2009)

A - o pagamento do valor total da taxa importa em presunção de pagamento de outros créditos referentes a essa taxa.

B - as obrigações tributárias somente serão consideradas extintas após o débito na conta de Dalton.

C - o pagamento da multa de 150% do imposto extingue a obrigação tributária principal relativa a esse imposto.

D - o pagamento do valor total da taxa não importa em presunção de pagamento referente a outros tributos.

202) Compete aos estados e ao DF instituir imposto sobre: (Agosto/2009)

A - a transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.

B - operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.

C - a propriedade predial e territorial urbana.

D - a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis.

203) Em 2007, João adquiriu de Antônio a propriedade de um imóvel urbano e está sendo cobrado pelo não pagamento da taxa de coleta residencial de resíduos sólidos relativa ao ano de 2006, referente ao imóvel. Nessa situação hipotética, João: (Agosto/2009)

A - somente será responsável pelo pagamento da taxa se, no título de transmissão da propriedade, não constar prova de seu pagamento.

B - será responsável pelo pagamento da taxa em qualquer hipótese, pois o crédito tributário sub-oga-se automaticamente na pessoa do adquirente do imóvel.

C - não poderá ser responsabilizado pelo pagamento da taxa, visto que a aquisição do imóvel ocorreu em momento posterior ao seu fato gerador.

D - somente será responsável pelo pagamento da taxa se essa obrigação constar do título de transmissão da propriedade.

204) Segundo o Código Tributário Nacional, o parcelamento do crédito tributário: (Agosto/2009)

A - não aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou do terceiro em benefício daquele.

B - não deve ser concedido a devedor em recuperação judicial.

C - deve ser concedido na forma e na condição estabelecidas em lei complementar da União.

D - não exclui, em nenhuma hipótese, a incidência de juros e multas.

205) A alienação ou oneração de bens ou rendas por sujeito passivo em débito tributário inserido na dívida ativa para com a fazenda pública presume-se fraudulenta: (Agosto/2009)

A - independentemente de dispor o devedor de outros bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida.

B - ainda que o ato seja anterior à inscrição do débito na dívida ativa.

C - se não tiverem sido reservados, pelo devedor, bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida.

D - somente se o ato ocorrer quando já em execução a dívida ativa regularmente inscrita.

206) Assinale a opção correta acerca da competência tributária. (Agosto/2009)

A - O ente político poderá transferir a terceiros as atribuições de arrecadação e fiscalização de tributos.

B - Os estados, na forma das respectivas leis, têm competência para instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.

C - É lícita a delegação da competência tributária de uma pessoa jurídica de direito público interno a outra.

D - A União, os estados e o DF têm competência para instituir impostos não previstos expressamente na CF, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos já discriminados no texto constitucional.

207) A Igreja Céu Azul, que goza de imunidade quanto ao pagamento de certos tributos, é proprietária de vários imóveis, um deles alugado a terceiro, e outro, onde são celebrados os cultos, que possui uma casa pastoral, um cemitério e um amplo estacionamento. Considerando a situação hipotética apresentada e as normas atinentes à imunidade tributária, assinale a opção correta. (Agosto/2009)

A - Apenas a União está autorizada a instituir impostos sobre o patrimônio, renda e serviços da Igreja Céu Azul.

B - A imunidade não abrange a casa pastoral, o cemitério e o estacionamento da Igreja Céu Azul, pois a norma constitucional se refere apenas aos templos de cultos religiosos.

C - O imóvel alugado a terceiros goza de imunidade quanto ao pagamento do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades essenciais da Igreja Céu Azul.

D - A imunidade tributária conferida à referida igreja dispensa-a do recolhimento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, bem como do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

208) De acordo com os princípios da anterioridade e da noventena, previstos na CF, a cobrança de imposto: (Agosto/2009)

A - sobre a renda e proventos de qualquer natureza deve obedecer ao princípio da noventena, mas não ao da anterioridade.

B - sobre produtos industrializados deve obedecer ao princípio da anterioridade, mas não ao da noventena.

C - sobre a importação de produtos estrangeiros deve obedecer ao princípio da anterioridade.

D - sobre a exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados não se sujeita ao princípio da anterioridade nem ao da noventena.

209) Assinale a opção correta a respeito do ITCMD. (Agosto/2009)

A - O ITCMD é estabelecido com base na alíquota vigente ao tempo da abertura da sucessão.

B - Compete ao Senado Federal fixar as alíquotas mínimas e máximas do ITCMD.

C - Incidirá ITCMD sobre os honorários do advogado contratado pelo inventariante.

D - A cobrança de ITCMD relativamente aos bens móveis e imóveis competirá ao estado onde se processar o inventário.

210) Acerca do ICMS, assinale a opção correta. (Agosto/2009)

A - O ICMS não poderá ser seletivo em função da essencialidade das mercadorias.

B - Não caberá cobrança de ICMS quando houver mercadoria importada do exterior.

C - O ICMS incide sobre os serviços de comunicação.

D - O ICMS, de competência de estado da Federação, incidirá sobre a prestação de serviço de transporte, ainda que o ônibus coletivo urbano não circule além do limite de um de seus municípios.

211) Assinale a opção correta com referência à cobrança judicial da dívida ativa da fazenda pública. (Agosto/2009)

- A - A execução fiscal pode ser promovida contra o devedor, mas não contra o fiador.
- B - Em situação excepcional, a penhora poderá recair sobre estabelecimento empresarial.
- C - A dívida ativa da fazenda pública não abrange os juros de mora.
- D - A indicação, pelo executado, de bem imóvel à penhora prescinde de consentimento expresso do respectivo cônjuge.

212) Considere que João e Marcos tenham deliberado pela constituição de sociedade limitada, com atuação no segmento de transporte de cargas e passageiros na América do Sul. Nessa situação, dada a atividade social eleita, a sociedade será obrigada a recolher: (Dezembro/2009)

- A - imposto de importação no caso de transporte de passageiros iniciado em um país estrangeiro e encerrado no Brasil.
- B - ICMS no caso de transporte de passageiros realizado entre dois municípios que se situem em diferentes estados da Federação.
- C - IPI no caso de transporte de carga realizado estritamente nos limites territoriais de determinado município.
- D - ISSQN no caso de transporte de passageiros entre dois municípios de um mesmo estado da Federação.

213) Assinale a opção correta acerca do sistema tributário nacional. (Dezembro /2009)

- A - As contribuições de intervenção no domínio econômico incidirão sobre a importação de produtos estrangeiros.
- B - Cabe à lei ordinária federal estabelecer disposições gerais sobre prescrição tributária.
- C - É lícita a instituição de taxa cuja base de cálculo tenha o valor de operação de crédito.
- D - Cabe aos municípios a instituição do IPVA.

214) Caso a União pretenda fazer investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, (Dezembro/2009)

- A - poderá ser instituído empréstimo compulsório, por meio de lei complementar federal, para ser cobrado no mesmo exercício em que seja publicada a lei que o institua.
- B - poderá ser instituído imposto extraordinário para vincular a sua arrecadação à despesa no referido investimento.
- C - poderá ser instituído empréstimo compulsório por meio de lei complementar, observado o princípio da anterioridade.
- D - não poderá ser instituído tributo, visto que se trata de despesa de investimento.

215) A contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública pode (Dezembro/2009)

- A - ser cobrada na fatura de consumo de energia elétrica.
- B - ser instituída pelos estados e pelo DF.
- C - ter alíquotas máximas e mínimas fixadas pelo Senado Federal.
- D - ser cobrada no mesmo exercício financeiro em que seja publicada a lei que a instituir.

216) Assinale a opção correta no que se refere à legalidade tributária. (Dezembro/2009)

- A - O IPI deve ser instituído, obrigatoriamente, por lei complementar.
- B - O governador pode conceder, por meio de decreto, isenção válida de IPVA.
- C - É possível alterar, nos limites estabelecidos em lei, as alíquotas do IOF por decreto.
- D - É vedada a majoração de alíquotas de imposto de renda por medida provisória.

217) Caso o proprietário de um automóvel licenciado em Brasília – DF e de um apartamento no Rio de Janeiro – RJ faleça em São Paulo – SP e o respectivo inventário seja processado em Brasília, o imposto sobre transmissão *causa mortis* competirá ao: (Dezembro/2009)

- A - estado de São Paulo, relativamente ao bem imóvel e ao automóvel.
- B - estado do Rio de Janeiro, relativamente ao bem imóvel.
- C - estado de São Paulo, relativamente ao automóvel.
- D - DF, relativamente ao bem imóvel.

218) No que se refere à prescrição e à decadência no direito tributário, assinale a opção correta. (Dezembro/2009)

- A - Para os tributos sujeitos a lançamento por declaração e de ofício, o direito da fazenda pública de constituir seu crédito tributário extingue-se em cinco anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- B - A citação válida do devedor em ação de execução fiscal interrompe a decadência tributária.
- C - A fazenda pública dispõe do prazo de cinco anos, contados do fato gerador, para cobrar crédito tributário.
- D - A prescrição nunca se interrompe, sendo computada continuamente, desde seu termo inicial.

219) Determinado contribuinte, notificado pelo fisco local a comprovar, por meio de documentos e notas fiscais relativos a um período, a regularidade fiscal das operações por ele praticadas, resolveu procurar o fisco, declarar que estava em débito e realizar o pagamento dos tributos objeto de fiscalização com juros de mora. Na situação hipotética apresentada, o referido contribuinte: (Dezembro/2009)

- A - não faz jus ao benefício da espontaneidade, por isso poderá ser autuado e ter de pagar pelas penalidades cabíveis.
- B - não poderá ser autuado pelo fisco posteriormente, visto que já realizou o pagamento de tributos devidos e dos juros de mora.
- C - tem direito ao benefício da espontaneidade, portanto, não será responsabilizado pelas penalidades cabíveis.
- D - faz jus ao benefício da espontaneidade, mas poderá ser cobrado em relação ao descumprimento da legislação tributária.

220) Com relação à aplicação retroativa de lei nova que diminua a penalidade por infrações à legislação tributária e os juros de mora em 2% do valor estabelecido na lei anterior, assinale a opção correta. (Dezembro/2009)

- A - A retroatividade de lei nova a fato pretérito somente ocorre quando a lei for expressamente interpretativa e incluir a aplicação de penalidade.

B - Caso o ato não esteja definitivamente julgado, a lei nova retroagirá a fato pretérito para beneficiar o contribuinte infrator em relação à diminuição da penalidade, mas não em relação aos juros de mora.

C - Caso o ato esteja definitivamente julgado, tanto a penalidade quanto os juros de mora serão aplicados nos valores previstos na nova lei, ou seja, a lei retroagirá para beneficiar o contribuinte.

D - O Código Tributário Nacional veda a retroatividade de lei em todas as hipóteses.

221) Assinale a opção correta no que se refere à exclusão de crédito tributário. (Dezembro/2009)

A - A isenção concedida por prazo certo e em função de determinadas condições poderá ser revogada ou modificada por lei.

B - A anistia não pode ser concedida em caráter geral.

C - A lei tributária que concede isenção deve ser interpretada restritivamente.

D - A anistia dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal.

222) Acerca da disciplina constitucional da repartição das receitas tributárias, assinale a opção correta. (2010.1)

A - Ao DF cabe metade da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício de sua competência residual ou extraordinária.

B - Cabe aos municípios, em qualquer hipótese, a integralidade do imposto sobre a propriedade territorial rural.

C - Aos municípios pertence a integralidade do produto da arrecadação do imposto de renda incidente na fonte sobre os rendimentos pagos, a qualquer título, por eles.

D - A União deve repassar aos estados 25% do produto da arrecadação do IPI.

223) Assinale a opção correta acerca das garantias e privilégios do crédito tributário. (2010.1)

A - De acordo com o CTN, as garantias atribuídas ao crédito tributário alteram a sua natureza bem como a da obrigação tributária correspondente.

B - A cobrança judicial do crédito tributário, embora não se subordine a concurso de credores, está sujeita à habilitação em falência, recuperação judicial, inventário ou arrolamento.

C - Denominam-se concursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores acontecidos durante processo falimentar, bem como após a extinção deste.

D - No processo falimentar, o crédito tributário não prefere às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar, nem aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado.

224) Caso ocorra a fusão de duas grandes indústrias alimentícias brasileiras que, juntas, detenham mais de 60% do mercado nacional de certo item de alimentação, de acordo com o que dispõe a CF, para prevenir os desequilíbrios da concorrência causados pela citada fusão, (2010.1)

A - a União, os estados, o DF e os municípios poderão estabelecer critérios especiais de tributação, além de outras normas com os mesmos objetivos.

B - somente a União poderá estabelecer critérios especiais de tributação, podendo os estados, o DF e os municípios estabelecer outras normas com os mesmos objetivos.

C - a União, os estados, o DF e os municípios poderão estabelecer critérios especiais de tributação, todavia apenas a União detém competência para estabelecer outras normas com os mesmos objetivos.

D - somente a União poderá estabelecer critérios especiais de tributação, além de outras normas com os mesmos objetivos.

225) Contribuição cobrada de servidor público estadual e destinada ao custeio de seu plano de aposentadoria público deve ser recolhida: (2010.1)

A - à União, independentemente de qualquer situação e do ente com o qual o servidor mantenha o vínculo empregatício.

B - ao estado, se o servidor for mero detentor de cargo efetivo estadual e se o estado não tiver regime previdenciário próprio.

C - à União, se o servidor for mero detentor de cargo em comissão estadual (declarado em lei de livre nomeação e exoneração), independentemente de o estado ter, ou não, regime previdenciário próprio.

D - ao estado, se o servidor for mero detentor de cargo temporário estadual, no caso de o estado possuir regime previdenciário próprio.

226) Caso determinada empresa se dedique exclusivamente à produção de manufaturados destinados à exportação, a ela se imputa a obrigação de pagar: (2010.1)

A - a contribuição social sobre o faturamento, destinada à seguridade social (COFINS).

B - a contribuição social destinada ao Programa de Integração Social (PIS).

C - o IPI.

D - o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

227) Consoante o princípio tributário da reserva legal, é vedado à União, aos estados, ao DF e aos municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça. Todavia, admite-se, constitucionalmente, que: (2010.1)

A - a União e os estados criem ou aumentem tributo por meio de decreto.

B - a União aumente determinados tributos por meio de decreto.

C - a União crie ou aumente tributo por meio de decreto.

D - os estados aumentem tributo por meio de decreto.

228) Suponha que um decreto trate integralmente sobre relações jurídicas pertinentes aos tributos e que uma lei disponha parcialmente sobre tributos. Nessa situação, de acordo com o CTN, (2010.1)

A - nem o decreto nem a lei se inserem no conceito de legislação tributária.

B - o decreto insere-se no conceito de legislação tributária; a lei, não.

C - tanto o decreto quanto a lei se inserem no conceito de legislação tributária.

D - a lei se insere no conceito de legislação tributária; o decreto, não.

229) Um fiscal federal, em processo de auditoria, verificou que uma empresa estava em dívida para com o fisco em relação ao imposto de renda. Ao autuar a empresa para pagamento do imposto, o

fiscal impôs-lhe, ainda, uma multa por atraso no pagamento e outra, por não ter entregue a declaração anual de rendimentos da pessoa jurídica. Nessa situação hipotética, (2010.1)

A - todas as obrigações são consideradas principais.

B - a obrigação de pagar o imposto de renda é considerada principal; a de pagar as multas, não.

C - a obrigação de pagar o imposto de renda e a de pagar a multa de mora são consideradas principais; a de pagar a multa por atraso na entrega da declaração, não.

D - a obrigação de pagar o imposto de renda e a de pagar a multa por atraso na entrega da declaração são consideradas principais; a de pagar a multa de mora, não.

230) Vera e Mara são contribuintes obrigados, solidariamente, por lei, a pagar, mensalmente, certo tributo. Em determinado mês, foi publicada lei que isentou do imposto, pessoalmente, as pessoas que sofriam de certa enfermidade, da qual Vera é portadora. Nessa situação hipotética, (2010.1)

A - a isenção concedida a Vera exonera integralmente Mara de sua obrigação.

B - a isenção concedida a Vera não exonera Mara, restando a este a obrigação pelo saldo remanescente.

C - a isenção dada a Vera não exonera Mara, restando a este a obrigação integral.

D - a referida lei é inconstitucional, dada a impossibilidade de concessão de isenção pessoal em caso de solidariedade de obrigados.

231) Certo contribuinte foi notificado, em 31 de outubro de determinado ano, para pagamento de um tributo, sem que a lei ou a notificação tenha determinado o vencimento daquela obrigação. Nessa situação hipotética, o vencimento ocorrerá (2010.1)

A - em 30 de novembro do mesmo ano, independentemente do vencimento dos outros impostos cobrados pelo mesmo ente da Federação.

B - na data do vencimento dos outros impostos cobrados pelo mesmo ente da Federação, por aplicação da analogia.

C - em qualquer data, desde que anterior a 31 de dezembro daquele mesmo ano.

D - em qualquer data, desde que não ultrapasse o dia 31 de outubro do ano seguinte.

232) Mauro Ricardo decidiu não pagar o imposto de renda do último ano, pois sua esposa Ana, servidora pública, sofreu acidente de carro e foi declarada absolutamente incapaz, em virtude de traumatismo craniano gravíssimo. Ocorre que a Receita Federal efetuou o lançamento e notificou Mauro, nos termos da lei, acerca do crédito tributário em aberto. Quando Mauro recebeu a notificação, ele se dirigiu à Receita e confessou a infração, prontificando-se a pagar, de imediato, o tributo devido, sem multa ou juros de mora. A partir do exposto acima, assinale a afirmativa correta. (2010.2 – FGV)

(A) A confissão de Mauro tem o condão de excluir a sua responsabilidade, sem a imposição de qualquer penalidade. Entretanto, ele deve pagar o tributo devido acrescido dos juros de mora.

(B) Mauro somente se apresentou à Receita após a notificação, o que exclui qualquer benefício oriundo da denúncia espontânea, devendo ele recolher o tributo devido, a penalidade imposta e os juros de mora.

(C) A incapacidade civil de Ana tem reflexo direto na sua capacidade tributária, o que significa dizer que, após a sentença judicial de interdição, Ana perdeu, igualmente, a sua capacidade tributária, estando livre de quaisquer obrigações perante o fisco.

(D) Caso Mauro ti desse procedido com mera culpa, ou seja, se a sonegação ti desse ocorrido por mero esquecimento, ele poderia pagar somente o tributo e os juros de mora, excluindo o pagamento de multa.

233) Em Direito Tributário, cumpre à lei ordinária: (2010.2 – FGV)

(A) estabelecer a cominação ou dispensa de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos.

(B) estabelecer a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos em matéria de ISS.

(C) estabelecer normas gerais em matéria tributária, especialmente sobre adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.

(D) estabelecer normas gerais em matéria tributária, especialmente sobre a definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte.

234) Pizza Aqui Ltda., empresa do ramo dos restaurantes, adquiriu o estabelecimento empresarial Pizza Já Ltda., continuando a exploração deste estabelecimento, porém sob razão social diferente – Pizza Aqui Ltda. Neste caso, é correto afirmar que: (2010.2 – FGV)

(A) a Pizza Aqui responde solidariamente pelos tributos devidos pela Pizza Já, até a data do ato de aquisição do estabelecimento empresarial, se a Pizza Já cessar a exploração da atividade.

(B) caso a Pizza Já prossiga na exploração da mesma atividade dentro de 6 (seis) meses contados da data de alienação, a Pizza Aqui responde subsidiariamente pelos tributos devidos pela Pizza Já Ltda. até a data do ato de aquisição do estabelecimento.

(C) caso a Pizza Já mude de ramo de comércio dentro de 6 (seis) meses contados da data de alienação, então a Pizza Aqui será integralmente responsável pelos tributos devidos pela Pizza Já até a data do ato de aquisição desta.

(D) caso o negócio jurídico não fosse a aquisição, mas a incorporação da Pizza Já pela Pizza Aqui, esta última estaria isenta de qualquer responsabilidade referente aos tributos devidos pela Pizza Já até a data da incorporação.

235) Delta Ltda. teve sua falência decretada em 11/01/2010. Delta possuía um imóvel hipotecado ao Banco Junior S/A, em garanti a de dívida no valor de R\$ 1.000.000,00 O imóvel está avaliado em R\$ 1.200.000,00. A Fazenda Pública Estadual tem créditos a receber de Delta Ltda. relacionados ao ICMS não pago de vendas ocorridas em 03/01/2008. Com base no exposto acima, assinale a afirmativa correta. (2010.2 – FGV)

(A) A Fazenda tem direito de preferência sobre o credor com garanti a real, em virtude de seus privilégios.

(B) A Fazenda não pode executar o bem, em função de ter havido a quebra da empresa, prevalecendo o crédito com garanti a real.

(C) A Fazenda tem direito de preferência uma vez que a dívida tributária é anterior à hipoteca.

(D) A Fazenda respeitará a preferência do credor hipotecário, nos limites do valor do crédito garantido pela hipoteca.

236) Semprônio dos Santos é proprietário de um sítio de recreio, local destinado ao lazer, na área de expansão urbana, na região serrana de Paraíso do Alto. A área é dotada de rede de abastecimento de água, rede de iluminação pública e esgotamento mantidas pelo município, embora não existam próximos quer escola, quer hospitais públicos. Neste caso Semprônio deve pagar o seguinte imposto: (2010.2 – FGV)

(A) o IPTU, por ser área de expansão urbana, dotada de melhoramentos.

- (B) o ITR, por ser sítio de recreio, não inserido em área urbana.
- (C) o IPTU, por ser sítio, explorado para fins empresariais.
- (D) o ITR, por não haver escola ou hospital próximos a menos de 3km do imóvel.

237) De acordo com o Código Tributário Nacional, aplica-se retroativamente a lei tributária na hipótese de: (2010.2 – FGV)

- (A) analogia, quando esta favorecer o contribuinte.
- (B) extinção do tributo, ainda não definitivamente constituído.
- (C) graduação quanto à natureza de tributo aplicável, desde que não seja hipótese de crime.
- (D) ato não definitivamente julgado, quando a lei nova lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo de sua prática.

238) Caso determinado município venha a atualizar o valor monetário da base de cálculo do IPTU, tal hipótese (2010.2 – FGV)

- (A) deve vir regulada por lei.
- (B) deve vir regulada por lei complementar.
- (C) enquadra-se como majoração de tributo.
- (D) poderá ser disciplinada mediante decreto.

239) O emprego da analogia, em matéria tributária, resultará na (2010.2 – FGV)

- (A) majoração de tributo.
- (B) instituição de tributo.
- (C) exclusão do crédito tributário.
- (D) impossibilidade de exigência de tributo não previsto em lei.

240) Considere a seguinte situação hipotética: lei federal fixou alíquotas aplicáveis ao ITR e estabeleceu que a alíquota relativa aos imóveis rurais situados no Rio de Janeiro seria de 5% e a relativa aos demais Estados do Sudeste de 7%. Tal enunciado normativo viola o princípio constitucional (2010.2 – FGV)

- (A) da uniformidade geográfica da tributação.
- (B) da legalidade tributária.
- (C) da liberdade de tráfego.
- (D) da não diferenciação tributária entre a procedência e o destino do produto.

241) A Cia. de Limpeza do Município de Trás os Montes, empresa pública municipal, vendeu um imóvel de sua titularidade situado na rua Dois, da quadra 23, localizado no nº 06. Neste caso, o novo proprietário (2010.2 – FGV)

- (A) não paga o imposto de transmissão de bens imóveis, em função de ser bem público.
- (B) fica isento do imposto predial e territorial urbano, ante a imunidade do patrimônio público.
- (C) paga o IPTU, mas não paga o ITBI, uma vez que, nesta última hipótese, quem transmite a propriedade do bem é empresa pública.
- (D) fica obrigado a pagar todos os tributos que recaiam sobre o bem.

242) Conforme a Constituição Federal, o veículo legislativo adequado para dispor sobre conflitos de competência entre os entes políticos em matéria tributária é a (2010.3 – FGV)

- (A) medida provisória.
- (B) lei complementar.
- (C) lei ordinária.

(D) emenda constitucional.

243) A imunidade recíproca impede que (2010.3 – FGV)

(A) o Município cobre a taxa de licenciamento de obra da União.

(B) o Estado cobre tarifa de água consumida em imóvel da União.

(C) a União cobre Imposto de Renda sobre os juros das aplicações financeiras dos Estados e dos Municípios.

(D) o Estado cobre contribuição de melhoria em relação a bem do Município valorizado em decorrência de obra pública.

244) Visando fomentar a indústria brasileira, uma nova lei, publicada em 18/02/2010, majorou a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), bem como majorou a alíquota do Imposto sobre Exportação (IE).

A partir de que data a nova alíquota poderá ser exigida para o IPI e para o IE? (2010.3 – FGV)

(A) Imediatamente para ambos.

(B) 90 dias após a publicação da lei para o IPI e imediatamente para o IE.

(C) 90 dias após o exercício financeiro seguinte para o IPI e no exercício financeiro seguinte para o IE.

(D) No exercício financeiro seguinte para ambos.

245) Determinada pessoa, havendo arrematado imóvel em leilão judicial ocorrido em processo de execução fiscal para a cobrança de Imposto Predial Urbano, vem a sofrer a exigência pelo saldo devedor da execução não coberto pelo preço da arrematação.

Essa exigência é (2010.3 – FGV)

(A) legal, pois o valor pago pelo arrematante não foi suficiente para a cobertura da execução.

(B) legal, pois a arrematação não pode causar prejuízo ao Fisco.

(C) ilegal, pois o crédito do exequente se sub-roga sobre o preço da arrematação, exonerando o arrematante quanto ao saldo devedor.

(D) legal, pois o arrematante é sucessor do executado em relação ao imóvel, e em sua pessoa fiscal ficam sub-rogados os créditos dos tributos incidentes sobre o mesmo imóvel.

246) Uma construtora com sede no Município do Rio de Janeiro constrói um edifício sob regime de empreitada na cidade de Nova Iguaçu, onde não possui estabelecimento. A competência para a imposição do Imposto Municipal Sobre Serviços (ISS) caberá à municipalidade (2010.3 – FGV)

(A) de Nova Iguaçu, porque é o local onde foi construído o edifício.

(B) do Rio de Janeiro, porque construção civil não é prestação de serviços.

(C) do Rio de Janeiro, porque a construtora não tem estabelecimento em Nova Iguaçu e, em razão do princípio da territorialidade, não pode ser exigido o tributo sobre contribuintes estabelecidos fora do território de cada Ente Federado.

(D) do Rio de Janeiro, porque é o município onde a construtora tem a sua sede social.

247) Na denúncia espontânea, o sujeito passivo tem direito à exclusão (2010.3 – FGV)

(A) apenas dos juros

(B) apenas da multa

(C) da multa e dos juros

(D) da multa e da correção monetária

248) Nos autos de uma ação de divórcio, os ex-cônjuges, casados em regime de comunhão total de bens, dividiram o patrimônio total existente da seguinte maneira: o imóvel situado no Município X, no valor de R\$ 50.000,00, pertencerá ao ex-marido, enquanto o imóvel situado no Município Y, no valor de R\$ 30.000,00, pertencerá à ex-esposa. Assinale a alternativa correta quanto à tributação incidente nessa partilha. (2010.3 – FGV)

(A) Não há tributo a ser recolhido, pois, como o regime de casamento era o da comunhão total de bens, não há transferência de bens, mas simples repartição do patrimônio comum de cada ex-cônjuge.

(B) O tributo a ser recolhido será o ITBI, de competência do Município, e incidirá sobre a base de cálculo no valor de R\$ 10.000,00.

(C) O tributo a ser recolhido será o ITBI, sobre ambos os imóveis, cada qual para o município de localização do bem.

(D) O tributo a ser recolhido será o ITCMD, de competência do Estado, e incidirá sobre a base de cálculo no valor de R\$ 10.000,00.

249) Segundo o Código Tributário Nacional, remissão é (2010.3 – FGV)

(A) uma modalidade de exclusão dos créditos tributários com a liberação das penalidades aplicadas ao sujeito passivo, respaldada em lei autorizativa.

(B) a perda do direito de constituir o crédito tributário pelo decurso do prazo.

(C) uma modalidade de extinção dos créditos tributários em razão da compensação de créditos entre o sujeito ativo e o sujeito passivo, respaldada em lei autorizativa.

(D) uma modalidade de extinção dos créditos tributários e consiste na liberação da dívida por parte do credor, respaldada em lei autorizativa.

250) A redação da Súmula Vinculante 28 (“É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade do crédito tributário”) tem por escopo impedir a adoção de que princípio jurídico? (2011.1 – FGV)

(A) Contraditório e ampla defesa

(B) Venire Contra Factum Proprium

(C) Solve et Repete

(D) Exceção de contrato não cumprido

251) José dos Anjos ajuíza ação anulatória de débito fiscal após realizar depósito do montante integral do crédito que busca a anulação. Nesse sentido, é correto afirmar que (2011.1 – FGV)

(A) caso o contribuinte saia vencido, caberá à Fazenda promover execução fiscal para fins de receber o crédito que lhe é devido.

(B) o depósito prévio do montante integral é requisito de admissibilidade da ação ajuizada por José dos Anjos.

(C) o depósito prévio do montante integral produz os efeitos de impedir a propositura da execução fiscal, bem como evita a fluência dos juros e a imposição de multa.

(D) o depósito do montante objeto de discussão judicial poderá ser levantado caso José dos Santos tenha seu pedido julgado procedente perante o juízo de primeiro grau.

252) A Empresa ABC Ltda. foi incorporada pela Empresa XYZ Ltda., em 15/06/2011, sendo que os sócios da empresa incorporada se aposentaram 7 (sete) dias após a data da realização do negócio jurídico. Em 30/06/2011, a Fiscalização da Secretaria da Receita Federal apurou crédito tributário, anterior à data da incorporação, resultante do não recolhimento de IRPJ, CSLL, entre outros tributos devidos da responsabilidade da Empresa ABC Ltda. (2011.1 – FGV)

- (A) da Empresa ABC Ltda.
- (B) solidariamente da Empresa ABC Ltda. e da Empresa XYZ Ltda.
- (C) dos sócios da Empresa ABC Ltda.
- (D) da Empresa XYZ Ltda.

253) O Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação tem seus princípios delineados na Constituição, que é complementada pela Lei Complementar 87/1996, com as alterações posteriores. A respeito dessa imposto é correto afirmar que: (2011.1 – FGV)

- (A) ele incide sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica, assim como nas prestações de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.
- (B) é autorizada a sua cobrança sobre bens importados do exterior por pessoa física que tenha intuito de comercializá-los, mas é vedada a sua incidência quando esses bens, importados do exterior, são destinados ao consumo próprio da pessoa natural.
- (C) suas alíquotas aplicáveis às operações e prestações interestaduais e de exportação são estabelecidas por meio de resolução do Senado Federal, por iniciativa do seu Presidente ou de um terço dos Senadores da casa, com aprovação dada pela maioria absoluta de seus membros.
- (D) ele tem função precipuamente fiscal, podendo ser seletivo em função da essencialidade, incide sobre o valor agregado, em obediência ao princípio da não cumulatividade, mas não incide sobre o ouro, quando definido em lei como ativo financeiro.

254) No exercício de 1995, um contribuinte deixou de recolher determinado tributo. Na ocasião, a lei impunha a multa moratória de 30% do valor do débito. Em 1997, houve alteração legislativa, que reduziu a multa moratória para 20%. O contribuinte recebeu, em 1998, notificação para pagamento do débito, acrescido da multa moratória de 30%. A exigência está (2011.2 – FGV)

- (A) correta, pois aplica-se a lei vigente à época de ocorrência do fato gerador.
- (B) errada, pois aplica-se retroativamente a lei que defina penalidade menos severa ao contribuinte.
- (C) correta, pois o princípio da irretroatividade veda a aplicação retroagente da lei tributária.
- (D) errada, pois a aplicação retroativa da lei é regra geral no direito tributário.

255) A respeito do ICMS, é correto afirmar que (2011.2 – FGV)

- (A) é não cumulativo, significando que, em qualquer hipótese, deverá ser assegurado o crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes.
- (B) incide sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, assim como sobre o valor total da operação, quando as mercadorias forem fornecidas com serviços não compreendidos na competência impositiva municipal.
- (C) sendo de competência tributária do Estado-Membro, somente a legislação estadual pode excluir da incidência do imposto, nas exportações para o exterior, serviços e produtos determinados.
- (D) tem as suas alíquotas estabelecidas pelo Senado Federal, aplicáveis às operações e prestações internas, interestaduais e de exportação.

256) A obrigação tributária principal tem por objeto (2011.2 – FGV)

- (A) a escrituração de livros contábeis.
- (B) o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
- (C) a prestação de informações tributárias perante a autoridade fiscal competente.
- (D) a inscrição da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

257) Determinada Lei Municipal, publicada em 17/01/2011, fixou o aumento das multas e alíquotas relativo aos fatos jurídicos tributáveis e ilícitos pertinentes ao ISS daquele ente federativo. Considerando que determinado contribuinte tenha sido autuado pela autoridade administrativa local em 23/12/2010, em razão da falta de pagamento do ISS dos meses de abril de 2010 a novembro de 2010, assinale a alternativa correta a respeito de como se procederia a aplicação da legislação tributária para a situação em tela. (2011.2 – FGV)

- (A) Seriam mantidas as alíquotas e multas nos valores previstos na data do fato gerador.
- (B) Seriam aplicadas as alíquotas previstas na lei nova e as multas seriam aplicadas nos valores previstos na data do fato gerador.
- (C) Seriam mantidas as alíquotas nos valores previstos na data do fato gerador e as multas seriam aplicadas nos valores previstos de acordo com a nova lei.
- (D) Seriam aplicadas as alíquotas e multas nos valores previstos de acordo com a nova lei.

258) Fulano de Araújo, proprietário de um único imóvel em que reside com sua esposa, no Município do Rio de Janeiro, é réu em ação de execução fiscal promovida pela Fazenda Pública Municipal por falta de pagamento do IPTU. Tendo em vista as disposições gerais contidas no Código Tributário Nacional acerca do crédito tributário, assinale a alternativa correta. (2012.1. – FGV)

- (A) O imóvel residencial próprio do casal é impenhorável, não devendo responder por qualquer tipo de dívida.
- (B) Os bens e rendas do sujeito passivo respondem pelo pagamento de todo crédito de natureza tributária, sem comportar exceções.
- (C) Bens gravados por ônus real ou por cláusulas de inalienabilidade não podem ser alcançados para saldar dívidas tributárias.
- (D) A impenhorabilidade do bem de família não é oponível em face da cobrança do Imposto Predial Territorial Urbano.

259) Determinado contribuinte, devedor de tributo, obtém o seu parcelamento e vem efetuando o pagamento conforme deferido. Apesar disso, sofre processo de execução fiscal para a cobrança do referido tributo. Nos embargos de devedor, o contribuinte poderá alegar (2012.1 – FGV)

- (A) a carência da execução fiscal, em face da novação da dívida, que teria perdido a sua natureza tributária pelo seu parcelamento.
- (B) a improcedência da execução fiscal, por iliquidez do título exequendo, pelo fato de que parte da dívida já foi paga.
- (C) o reconhecimento do direito apenas parcial à execução fiscal, por parte do Fisco, em face da existência de saldo devedor do parcelamento.
- (D) a carência da execução fiscal em face da suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

260) A competência tributária não se confunde com a capacidade tributária ativa. Aquela se traduz na aptidão para instituir tributos, enquanto esta é o exercício da competência, ou seja, a aptidão para cobrar tributos. Nesse sentido, é correto afirmar que (2012.1 – FGV)

(A) compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos, taxas, contribuições de melhoria, assim como as contribuições para o custeio do serviço de iluminação pública.

(B) em virtude do princípio federativo, que, entre outras consequências, delimita entre os entes políticos o poder de tributar, ao Distrito Federal compete apenas instituir espécies tributárias próprias dos Estados-membros da federação.

(C) a União pode instituir, via lei ordinária, impostos além dos previstos na Constituição, mediante dois requisitos: que eles sejam não cumulativos e que não tenham fato gerador próprio dos impostos já previstos constitucionalmente.

(D) em Território Federal, os impostos estaduais são de competência da União. Caso o Território não seja dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais também são de competência da União.

261) A empresa ABC ingressou com medida judicial destinada a questionar a incidência da contribuição social sobre o lucro. Em sede de exame liminar, o juiz concedeu a medida liminar para que a empresa não recolhesse a contribuição. Durante a vigência da medida judicial, a Receita Federal iniciou procedimento de fiscalização visando à cobrança da contribuição social sobre o lucro não recolhida naquele período. Com base no relatado acima, assinale a alternativa correta. (2012.1 – FGV)

(A) A Receita Federal não pode lavrar auto de infração, em virtude da liminar concedida na medida judicial em questão.

(B) A Receita Federal pode lavrar auto de infração, mas somente com a exigibilidade suspensa para prevenir a decadência.

(C) A empresa ABC, diante da abertura do procedimento de fiscalização, pode solicitar ao juiz nova medida liminar, a fim de que determine o encerramento de tal procedimento.

(D) A Receita Federal pode lavrar auto de infração, já que a medida liminar possui caráter provisório.

GABARITO

- 1) B – ART. 148, CF
- 2) C – ART. 137, III, “c”, CTN
- 3) A – ART. 186, CTN
- 4) D – ART. 145, I, II e III, CF
- 5) B – ART. 155, XII, “c”, CF
- 6) B – ARTS. 153, IV; 155, II e 156, III, todos da CF
- 7) D – ARTS. 150, VI, “a”, CF c/c art. 9º, IV, “a”, CTN
- 8) D – ART. 151, CTN
- 9) C – ARTS. 147 e seguintes do CTN
- 10) D – ARTS. 21, 26, 65 e 97, IV, §2º CTN c/c 153, §1º, CF
- 11) D – ART. 174, CTN
- 12) B – ART. 155, II, CF
- 13) B – ART. 150, III, “a”, CF
- 14) D – ART. 156, III, CF
- 15) C – ART. 156, X, CTN
- 16) A – ART. 187 c/c 191, CTN
- 17) B – ART. 145, II, CF
- 18) A – ART. 156, §1º, I, CF
- 19) C – ART. 4º, CTN
- 20) D – ART. 174, CTN
- 21) D – ART. 146, CF
- 22) B – ART. 146, III, CF
- 23) A – ART. 145, §2º, CF
- 24) D – ART. 150, §6º, CF
- 25) C – ART. 156, I, CF
- 26) B – ART. 151, I, CTN
- 27) B – ART. 146, III, “a”, CF c/c 114, CTN
- 28) A – ART. 142, CTN
- 29) B – ART. 146, II, CF
- 30) C – ART. 146, II, CF
- 31) B – ART. 145, II, CF
- 32) C – ART. 150, I e §6º, CF
- 33) B – ART. 155, II, CF
- 34) B – ART. 146, III, “b”, CF
- 35) B – ART. 186, CTN
- 36) D – ART. 16 e 17, CTN
- 37) B – ART. 145, II, CF
- 38) A – ART. 149, CF
- 39) A – ART. 150, §6º, CF
- 40) A – ART. 150, I e III, “a”, CF
- 41) D – STF e STJ – jurisprudência (ver: LC 104 e 105)
- 42) B – ART. 150, §6º, CF
- 43) A – ART. 146, CTN
- 44) B – ART. 9º, II, CTN c/c 150, III, “b”, CF
- 45) B – ART. 2º, IV da Lei n.º 622/82
- 46) C – ART. 156, X, CTN
- 47) D – ART. 160, CTN
- 48) A – ART. 156, III, CF
- 49) C – ART. 214, CTN
- 50) A – ART. 156, §1º, I, CF
- 51) B – ART. 146, CF
- 52) D – ART. 156, I, CF
- 53) B – ART. 150, I, CF c/c 97, II, CTN
- 54) A – ART. 149, CF
- 55) B – ART. 155, III, CF
- 56) B – ART. 1º e seguintes da Lei 9.311/96
- 57) A – DOCTRINA
- 58) A – ART. 155, §2º, III, CF
- 59) D – ART. 59, II e P.U c/c 61, §1º, “b”, CF
- 60) D – ART. 107 e seguintes do CTN
- 61) B – ART. 151, II, CTN
- 62) A – ART. 150, VI, “c” e §4º da CF c/c 9º, IV, “c”, CTN
- 63) C – ART. 146, III, “a”, CF
- 64) D – ART. 155, I, CF
- 65) B – ART. 153 c/c 155, III, CF
- 66) D – ART. 110, CTN
- 67) C – ART. 145, II, CF
- 68) C – ART. 153, §3º, II c/c 155, §2º, I, CF
- 69) A – ART. 156, IV e VI, CTN
- 70) D – ART. 202 e PU, CTN c/c 2º, §2º e 8º da Lei 6.830/80 c/c 585, VI CPC
- 71) C – DOCTRINA
- 72) B – ART. 113, §1º, CTN
- 73) D – ART. 16, III, “h”, Lei 6.830/80
- 74) A – ART. 106, II, “c”, CTN
- 75) B – ART. 156, §1º, I, CF
- 76) B – ART. 153, §3º, II e 155, §2º, I, CF
- 77) A – ART. 150, VI, “a”, CF
- 78) C – ART. 4º, CTN
- 79) C – ART. 186, CTN
- 80) D – ART. 145, §1º, CF
- 81) B – ART. 149, I, CTN
- 82) C – DOCTRINA
- 83) A – ART. 156, II, CTN
- 84) C – ART. 97, §2º CTN
- 85) A – ART. 156, §2º, I, CF
- 86) D – ART. 154, II, CF
- 87) A – ART. 134, VII, CTN
- 88) C – Art. 156, II, III, V e X, do CTN
- 89) B – Art. 150 c/c 153, VII da CF
- 90) A – Art. 149 da CF
- 91) D – Doutrina (Art. 150 do CTN)
- 92) C – ART. 149, § 1º, CF
- 93) B – ART. 150, I, CF
- 94) C – ART. 106, I e II, CTN
- 95) B – ART. 148, CF
- 96) C – ART. 15, Decreto Federal n.º 70.235/72
- 97) C – ART. 150, I CF c/c Art. 108, § 1º, CTN
- 98) C – ART. 133, I, CTN
- 99) C – ART. 150, III, a, b e c, da CF
- 100) D – ART. 150, § 1º c/c Art. 153, § 3º, I e II, da CF
- 101) B – ART. 170, do CTN
- 102) D – ART. 150, § 1º, da CF
- 103) C – ART. 155, § 2º, IX, a, da CF
- 104) A – ART. 151, VI, da CF
- 105) C – ART. 146, I, II e III, da CF
- 106) D – ART. 14, I, II e III, do CTN
- 107) C – ART. 169, caput, do CTN
- 108) B – ART. 2º, da Lei n.º 6.830/80
- 109) D – ART. 106, II, a, do CTN
- 110) C – ART. 185, caput, do CTN
- 111) D – ART. 142, parágrafo único e 173, do CTN
- 112) D – ART. 146, I, da CF
- 113) C – Art. 153, VII, da CF
- 114) B – Art. 97, VI, do CTN
- 115) B – Art. 151, I, do CTN
- 116) C – Art. 175, parágrafo único do CTN
- 117) C – Art. 155-A, do CTN
- 118) D – Art. 146, III, da CF
- 119) D – Art. 175, I, CTN
- 120) C – Art. 150, § 1º, CF
- 121) C – Art. 138, CTN
- 122) B – Art. 97, § 2º, CTN e Súmula 160 do STJ
- 123) B – Art. 77, Parágrafo único do CTN e Art. 145, II e § 2º da CF
- 124) A – Art. 145, II e III da CF c/c Art. 77 e 81 do CTN
- 125) D – Art. 99 do CTN
- 126) B – Art. 81 do CTN e Art. 145, III da CF
- 127) D – Art. 155, parágrafo único do CTN
- 128) D – Art. 173 do CTN
- 129) D – Art. 153, § 3º, I do CTN
- 130) B – Art. 110 c/c Art. 111, II do CTN
- 131) D – Art. 105 e 106 do CTN
- 132) C – Art. 150, III, c c/c § 1º da CF
- 133) A – Art. 157, I e II c/c Art. 158, parágrafo único, I e II c/c Art. 153, § 5º, I e II da CF
- 134) D - Doutrina
- 135) D – Art. 146, da CF e Doutrina
- 136) D – Art. 150, § 4º do CTN
- 137) B – Art. 123 do CTN

- 138) D – Art. 133, II do CTN
139) D – Art. 113, § 2º c/c 115 do CTN
140) A – Art. 178 do CTN
141) D - Doutrina
142) D – Art. 16 do CTN
143) A – Art. 155, § 2º, I da CF
144) D – Art. 156, § 1º, I c/c 153, § 4º, I da CF
145) D – Doutrina e Jurisprudência
146) A – Art. 156, § 3º, I CF
147) C – Art. 156, § 2º, VII, b CF
148) A – Art. 150, § 1º CF
149) C – Art. 155, § 6º, I CF
150) C – Art. 151, V do CTN
151) B – Art. 156, V c/c 174, § único, I do CTN
152) A – art. 149 do CTN.
153) B – art. 154, I da CF.
154) C – art. 150, I, da CF.
155) A – art. 176 CTN.
156) B – art. 106, II, C CTN.
157) A – art. 148, 153, 154 e 195 CF.
158) D – art. 156 CF c/c art. 32 CTN.
159) D – art. 151, VI CTN
160) A – art. 180, I CTN.
161) B – art. 153, § 3º, III CF
162) D – artigo 146 da CF
163) B – art. 177, § 4º c/c art. 195, IV da CF
164) B – art. 150, II da CF
165) C - art. 155, II c/c art. 156, III da CF
166) A – art. 6º do CTN
167) A – art. 44 CTN
168) A – art. 97, § 2º do CTN
169) C – art. 105 c/c 116 do CTN.
170) C – art. 124 c/c 125, II do CTN.
171) A – art. 151 do CTN.
172) A – art. 145, II da CF
173) C – art. 147 da CF
174) A – art. 149, § 3º da CF
175) A – art. 148, I da CF
176) D – súmula 656 do STF
177) D – art. 145, III da CF
178) A – art. 133, II do CTN
179) C – art. 121 do CTN
180) B – art. 126, I do CTN
181) D – arts. 172 e 173 do CTN
182) C – art. 150, § 5º da CF
183) D – art. 78 do CTN
184) D – art. 156, VI do CTN
185) A – art. 150, II da CF
186) A – art. 155-A do CTN
187) A – art. 2º do CTN
188) D – art. 195, § 11º CF
189) B – art. 149, VII do CTN
190) D – art. 133, I do CTN
191) A – art. 155-A, § 1º do CTN
192) A – art. 123 do CTN
193) C – art. 149 da CF
194) B – art. 150, § 2º da CF
195) A – art. 150, § 1º da CF
196) B – art. 133, II do CTN
197) B – art. 150, III, a da CF
198) C – art. 149, § 2º, III, a e b da CF
199) A – art. 150, VI, c da CF
200) D - art. 149 do CTN
201) D – art. 158 do CTN
202) A – art. 155, I, da CF
203) A – art. 130, do CTN
204) A – art. 154, p.ú. do CTN
205) C – art. 185, p.ú. do CTN
206) A – art. 7, do CTN
207) C – art. 150, VI, b da CF c/c súmula 724 do STF
208) D – art. 150, § 1º, da CF
209) A – súmula 112 do STF
210) C – art. 155, II, da CF
211) B – art. 11, § 1º, da lei 6.830/80
212) B – art. 155, II da CF
213) A – art. 149, § 2, I da CF
214) C – art. 148, II da CF
215) A – art. 149-A, § único da CF
216) C – art. 153, § 1º da CF
217) B - art. 155, § 1º, I e II da CF
218) A – art. 173, I do CTN
219) A – art. 138, § único, do CTN
220) B – art. 106, II, c, do CTN
221) C – art. 111, I do CTN
222) C – art. 158, I da CF
223) D – art. 186, § único, I do CTN
224) D – art. 146-A da CF
225) C – art. 40, § 13, da CF
226) D – art. 153, § 3, III da CF, 155, § 2, X, a, da CF
227) B – art. 153, § 1, da CF
228) C – art. 96 do CTN
229) A – art. 113, § 3 do CTN
230) B - art. 125, II do CTN
231) A – art. 160, do CTN
232) B – art. 138 do CTN
233) A – art. 97, V do CTN
234) B – art. 133, II do CTN
235) D – art. 186, § único, I do CTN
236) A – art. 32, §§ 1º e 2º do CTN
237) D – art. 106, II, c do CTN
238) D – art. 97, § 2º do CTN
239) D – art. 108, § 1º do CTN
240) A – art. 151, I da CF
241) D – art. 130 do CTN
242) B – art. 146, I da CF
243) C – art. 150, VI, a da CF
244) B – art. 150, § 1º da CF
245) C – art. 130, § único do CTN
246) A – art. 3º, III, item 7.02 da LC 116
247) B – art. 138 do CTN
248) D – art. 155, I da CF
249) D – art. 172 da CTN
250) C - Doutrina
251) C – art. 151, II do CTN
252) D – art. 132 do CTN
253) D – art. 155, § 2º, I, III e X “c” da CF
254) B – art. 106, II, c do CTN
255) B – art. 3, IV da LC 87/96
256) B - art. 113, § 1º do CTN
257) A – art. 150, III, a da CF c/c art. 144 do CTN
258) D – art. 130 do CTN c/c art. 3º, IV da Lei 8.009/90
259) D – art. 151, VI do CTN
260) D – art. 147 da CF
261) B – art. 173 do CTN c/c jurisprudência do STJ

GABARITO POR ARTIGO

CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

225) C – art. 40, § 13, da CF
59) D – ART. 59, II e P.U c/c 61, §1º, “b”, CF
17) B – ART. 145, II, CF
31) B – ART. 145, II, CF
37) B – ART. 145, II, CF
67) C – ART. 145, II, CF
172) A – art. 145, II da CF
124) A – Art. 145, II e III da CF c/c Art. 77 e 81 do CTN
123) B – Art. 145, II e § 2º da CF e Art. 77, Parágrafo único do CTN
04) D – ART. 145, I, II e III, CF
177) D – art. 145, III da CF
80) D – ART. 145, §1º, CF
23) A – ART. 145, §2º, CF
21) D – ART. 146, CF
51) B – ART. 146, CF
162) D – artigo 146 da CF
135) D – Art. 146, da CF e Doutrina
242) B – art. 146, I da CF
112) D – ART. 146, I, da CF
105) C – ART. 146, I, II e III, da CF
29) B – ART. 146, II, CF
30) C – ART. 146, II, CF
22) B – ART. 146, III, CF
118) D – Art. 146, III, CF
63) C – ART. 146, III, “a”, CF
27) B – ART. 146, III, “a”, CF c/c 114, CTN
34) B – ART. 146, III, “b”, CF
224) D – art. 146-A da CF
173) C – art. 147 da CF
260) D – art. 147 da CF
01) B – ART. 148, CF
95) B – ART. 148, CF
175) A – art. 148, I da CF
214) C – art. 148, II da CF
157) A – art. 148, 153, 154 e 195 CF.
38) A – ART. 149, CF
54) A – ART. 149, CF
193) C – art. 149, CF
92) C – ART. 149, § 1º, CF
213) A – art. 149, § 2, I da CF
198) C – art. 149, § 2º, III, a e b da CF
174) A – art. 149, § 3º da CF
215) A – art. 149-A, § único da CF
154) C – art. 150, I, da CF.
93) B – ART. 150, I, CF
40) A – ART. 150, I e III, “a”, CF
32) C – ART. 150, I e §6º, CF
53) B – ART. 150, I, CF c/c 97, II, CTN
97) C – ART. 150, I CF c/c ART. 108, § 1º, CTN
164) B – art. 150, II da CF
185) A – art. 150, II da CF
13) B – ART. 150, III, “a”, CF
197) B – art. 150, III, “a” da CF
257) A – art. 150, III, a da CF c/c art. 144 do CTN
44) B – ART. 150, III, “b”, CF c/c 9º, II, CTN
99) C – ART. 150, III, a, b e c, da CF
132) C – Art. 150, III, c c/c § 1º da CF
243) C – art. 150, VI, a da CF
77) A – ART. 150, VI, “a”, CF
07) D – ARTS. 150, VI, “a”, CF c/c art. 9º, IV, “a”, CTN
207) C – art. 150, VI, b da CF c/c súmula 724 do STF
199) A – art. 150, VI, “c” da CF
62) A – ART. 150, VI, “c” e §4º da CF c/c 9º, IV, “c”, CTN
244) B – art. 150, § 1º da CF
148) A – Art. 150, § 1º CF
208) D – art. 150, § 1º, da CF
100) D – ART. 150, § 1º c/c Art. 153, § 3º, I e II, da CF
102) D – Art. 150, § 1º, da CF

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL:

187) A – art. 2º do CTN
78) C – ART. 4º, CTN
19) C – ART. 4º, CTN
166) A – art. 6º do CTN
206) A – art. 7, do CTN
106) D – ART. 14, I, II e III, do CTN
142) D – Art. 16 do CTN
36) D – ART. 16 e 17, CTN
236) A – art. 32, §§ 1º e 2º do CTN
167) A – art. 44 CTN
123) B – Art. 77, Parágrafo único do CTN e Art. 145, II e § 2º da CF
183) D – art. 78 do CTN
126) B – Art. 81 do CTN e Art. 145, III da CF
228) C – art. 96 do CTN
233) A – art. 97, V do CTN
114) B – Art. 97, VI, do CTN
84) C – ART. 97, §2º CTN
168) A – art. 97, § 2º do CTN
122) B – Art. 97, § 2º, CTN e Súmula 160 do STJ
238) D – art. 97, § 2º do CTN
125) D – Art. 99 do CTN
131) D – Art. 105 e 106 do CTN
169) C – art. 105 c/c 116 do CTN.
94) C – Art. 106, I e II, CTN
109) D – ART. 106, II, a, do CTN
74) A – ART. 106, II, “c”, CTN
156) B – art. 106, II, C CTN.
220) B – art. 106, II, c, do CTN
237) D – art. 106, II, c do CTN
254) B – art. 106, II, c do CTN
60) D – ART. 107 e seguintes do CTN
97) C – Art. 108, § 1º, CTN c/c Art. 150, I CF
239) D – art. 108, § 1º do CTN
66) D – ART. 110, CTN
130) B – Art. 110 c/c Art. 111, II do CTN
221) C – art. 111, I do CTN
139) D – Art. 113, § 2º c/c 115 do CTN.
72) B – ART. 113, §1º, CTN
256) B - art. 113, § 1º do CTN
229) A – art. 113, § 3 do CTN
179) C – art. 121 do CTN
137) B – Art. 123 do CTN
192) A – art. 123 do CTN
170) C – art. 124 c/c 125, II do CTN
230) B - art. 125, II do CTN
180) B – art. 126, I do CTN
203) A – art. 130, do CTN
241) D – art. 130 do CTN
245) C – art. 130, § único do CTN
258) D – art. 130 do CTN c/c art. 3º, IV da Lei 8.009/90
252) D – art. 132 do CTN
98) C – ART. 133, I, CTN
190) D – art. 133, I do CTN
138) D – Art. 133, II do CTN
178) A – art. 133, II do CTN
196) B – art. 133, II do CTN
234) B – art. 133, II do CTN
87) A – ART. 134, VII, CTN
02) C – ART. 137, III, “c”, CTN
247) B – art. 138 do CTN
121) C – Art. 138, CTN
232) B – art. 138 do CTN
219) A – art. 138, § único, do CTN
28) A – ART. 142, CTN
111) D – ART. 142, parágrafo único e 173, do CTN
43) A – ART. 146, CTN
09) C – ARTS. 147 e seguintes do CTN
152) A – art. 149 do CTN

- 120) C – Art. 150, § 1º, CF
 195) A – art. 150, § 1º da CF
 194) B – art. 150 § 2º da CF
 182) C – art. 150, § 5º da CF
 24) D – ART. 150, §6º, CF
 39) A – ART. 150, §6º, CF
 42) B – ART. 150, §6º, CF
 104) A – ART. 151, VI, da CF
 06) B – ARTS. 153, IV; 155, II e 156, III, todos da CF
 113) C – Art. 153, VII, da CF
 65) B – ART. 153 c/c 155, III, CF
 216) C – art. 153, § 1º da CF
 227) B – art. 153, § 1, da CF
 10) D – ARTS. 153, §1º, CF c/c 21, 26, 65 e 97, IV, §2º CTN
 161) B – art. 153, § 3º, III CF
 68) C – ART. 153, §3º, II c/c 155, §2º, I, CF
 76) B – ART. 153, §3º, II c/c 155, §2º, I, CF
 226) D – art. 153, § 3, III da CF, 155, § 2, X, a, da CF
 153) B – art. 154, I da CF.
 86) D – ART. 154, II, CF
 248) D – art. 155, I da CF
 64) D – ART. 155, I, CF
 202) A – art. 155, I, da CF
 12) B – ART. 155, II, CF
 33) B – ART. 155, II, CF
 210) C – art. 155, II, da CF
 212) B – art. 155, II da CF
 165) C - art. 155, II c/c art. 156, III da CF
 55) B – ART. 155, III, CF
 05) B – ART. 155, XII, “c”, CF
 217) B - art. 155, § 1º, I e II da CF
 143) A – Art. 155, § 2º, I da CF
 253) D – art. 155, § 2º, I, III e X “c” da CF
 58) A – ART. 155, §2º, III, CF
 103) C – ART. 155, § 2º, IX, a, da CF
 149) C – Art. 155, § 6º, I CF
 158) D – art. 156 CF c/c art. 32 CTN.
 25) C – ART. 156, I, CF
 52) D – ART. 156, I, CF
 14) D – ART. 156, III, CF
 48) A – ART. 156, III, CF
 18) A – ART. 156, §1º, I, CF
 144) D – Art. 156, § 1º, I c/c 153, § 4º, I da CF
 75) B – ART. 156, §1º, I, CF
 50) A – ART. 156, §1º, I, CF
 85) A – ART. 156, §2º, I, CF
 147) C – Art. 156, § 2º, VII, b CF
 146) A – Art. 156, § 3º, I CF
 133) A – Art. 157, I e II c/c Art. 158, parágrafo único, I e II c/c Art. 153, § 5º, I e II da CF
 222) C – art. 158, I da CF
 188) D – art. 195, § 11º CF
 200) D – art. 149 do CTN
 81) B – ART. 149, I, CTN
 189) B – art. 149, VII do CTN
 136) D – Art. 150, § 4º do CTN
 08) D – ART. 151, CTN
 171) A – art. 151 do CTN.
 26) B – ART. 151, I, CTN
 115) B – Art. 151, I, CTN
 240) A – art. 151, I da CF
 61) B – ART. 151, II, CTN
 251) C – art. 151, II do CTN
 150) C – Art. 151, V do CTN
 159) D – art. 151, VI CTN
 259) D – art. 151, VI do CTN
 129) D – Art. 153, § 3º, I do CTN
 204) A – art. 154, p.ú, do CTN
 248) D – art. 155, I da CF
 127) D – Art. 155, parágrafo único do CTN
 117) C – Art. 155-A, do CTN
 186) A – art. 155-A do CTN
 191) A – art. 155-A, § 1º do CTN
 83) A – ART. 156, II, CTN
 69) A – ART. 156, IV e VI, CTN
 184) D – art. 156, VI do CTN
 46) C – ART. 156, X, CTN
 15) C – ART. 156, X, CTN
 151) B – Art. 156, V c/c 174, § único, I do CTN
 201) D – art. 158 do CTN
 47) D – ART. 160, CTN
 231) A – art. 160, do CTN
 107) C – ART. 169, caput, do CTN
 101) B – ART. 170, do CTN
 249) D – art. 172 da CTN
 181) D – arts. 172 e 173 do CTN
 128) D – Art. 173 do CTN
 261) B – art. 173 do CTN c/c jurisprudência do STJ
 218) A – art. 173, I do CTN
 11) D – ART. 174, CTN
 20) D – ART. 174, CTN
 119) D – Art. 175, I, CTN
 116) C – Art. 175, parágrafo único do CTN
 155) A – art. 176 CTN.
 140) A – Art. 178 do CTN
 160) A – art. 180, I CTN.
 110) C – ART. 185, caput, do CTN
 205) C – art. 185, p.ú, do CTN
 79) C – ART. 186, CTN
 03) A – ART. 186, CTN
 35) B – ART. 186, CTN
 223) D – art. 186, § único, I do CTN
 235) D – art. 186, § único, I do CTN
 16) A – ART. 187 c/c 191, CTN
 70) D – ART. 202 e PU, CTN c/c 2º, §2º e 8º da Lei 6.830/80
 c/c 585, VI CPC
 49) C – ART. 214, CTN
OUTRAS:
 246) A – art. 3º, III, item 7.02 da LC 116
 57) A – Doutrina
 71) C – Doutrina
 82) C – Doutrina
 134) D - Doutrina
 135) D – Doutrina
 141) D – Doutrina
 145) D – Doutrina e Jurisprudência
 250) C - Doutrina
 41) D – STF e STJ – jurisprudência (ver: LC 104 e 105)
 176) D – súmula 656 do STF
 209) A – súmula 112 do STF
 73) D – ART. 16, III, “h”, Lei 6.830/80
 108) B – ART. 2º, da Lei n.º 6.830/80
 211) B – art. 11, § 1º, da lei 6.830/80
 45) B – ART. 2º, IV da Lei n.º 622/82
 56) B – ART. 1º e seguintes da Lei 9.311/96
 96) C – Art. 15, Decreto Federal n.º 70.235/72
 255) B – art. 3, IV da LC 87/96

